



Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

31 de dezembro de 2020

Sumário

Balanço Patrimonial.....	4
Ativo.....	4
Balanço Patrimonial.....	5
Passivo.....	5
Demonstração do Resultado do Exercício.....	6
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	7
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto.....	7
Demonstração do Valor Adicionado.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	10
Nota 1. Contexto Operacional.....	10
Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	14
Nota 3. Principais políticas contábeis.....	16
Ativo.....	21
Ativo circulante.....	21
Nota 4. Caixa e equivalentes de caixa.....	21
Nota 5. Clientes.....	23
Nota 6. Ressarcimento de pessoal.....	23
Nota 7. Créditos diversos a receber.....	24
Nota 8. Créditos tributários.....	24
Nota 9. Ativo não circulante mantido para venda.....	25
Ativo Não Circulante.....	25
Nota 10. Depósitos Judiciais e Recursais.....	25
Nota 11. Ressarcimento de pessoal.....	26
Nota 12. Créditos tributários diferidos.....	27
Nota 13. Clientes em avaliação de direito.....	27
Nota 14. Créditos realizáveis a longo prazo.....	27

Nota 15. Ativo Imobilizado.....	28
Nota 16. Ativo Intangível.....	30
Passivo.....	30
Passivo circulante.....	30
Nota 17. Consignações.....	30
Nota 18. Tributos e encargos sociais.....	31
Nota 19. Fornecedores.....	32
Nota 20. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas.....	32
Nota 21. Ações do Programa de Demissão Voluntária.....	32
Nota 22. Provisão do Acordo Coletivo de Trabalho.....	33
Nota 23. Processo trabalhista a pagar.....	33
Nota 24. Plano de previdência complementar.....	33
Nota 25. Participação nos lucros ou resultados.....	34
Passivo não circulante.....	34
Nota 26. Obrigações tributárias.....	33
Nota 27. Processo trabalhista pagar.....	35
Nota 28. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas.....	36
Nota 29. Benefícios pós-emprego.....	38
Nota 30. Patrimônio líquido.....	39
Nota 31. Resultado do exercício.....	40
Nota 32. Destinação do Lucro do Exercício.....	50
Nota 33. Benefícios a empregados.....	51
Nota 34. Seguros.....	58
Nota 35. Partes Relacionadas.....	59
Nota 36. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	62
Anexo I. Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis.....	63
Anexo II. Legislação aplicável.....	64
Anexo III. Sumário de siglas e abreviaturas.....	66

Balanço Patrimonial

Ativo

Em milhares de R\$

	NE	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Circulante		2.394.746	1.806.308
. Caixa e equivalentes de caixa	4	1.694.495	1.007.510
. Fundos de Investimento Financeiros		587	438
. Créditos a receber		696.676	795.297
Clientes	5	447.017	545.023
Ressarcimento de pessoal	6	99.145	81.145
Créditos diversos a receber	7	41.165	23.476
Créditos tributários	8	109.349	145.654
. Bens, valores em circulação e demais de curto prazo		280	355
. Ativo não circulante mantido para venda	9	2.708	2.709
Não circulante		1.815.787	1.879.678
. Realizável a longo prazo		1.203.348	1.338.961
Depósitos judiciais e recursais	10	275.743	230.544
Ressarcimento de pessoal	11	314.322	351.731
Créditos tributários diferidos	12	504.670	655.233
Créditos realizáveis a longo prazo	14	108.270	101.388
Demais Créditos Realizáveis a longo prazo		343	66
. Imobilizado	15	548.144	476.669
. Intangível	16	64.295	64.048
Total do ativo		4.210.534	3.685.986

Balanço Patrimonial

Passivo

Em milhares de R\$

		Dezembro 2020	Dezembro 2019
Circulante		1.117.393	898.963
. Consignações	17	95.427	91.234
. Tributos e encargos sociais	18	164.103	156.528
. Depósitos diversas origens		1.697	3.589
. Obrigações a pagar		856.166	647.613
Fornecedores	19	163.754	103.589
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	20	309.822	295.553
Ações do Programa de Demissão Voluntária	21	117.617	-
Processo trabalhista a pagar	23	64.561	65.214
Provisão Acordo Coletivo de Trabalho	22	25.574	-
Plano de previdência complementar	24	35.941	37.952
Participação nos lucros ou resultados	25	29.147	29.646
Dividendos e juros sobre o capital próprio	32	109.749	115.627
Outras obrigações		-	32
Não circulante		1.353.770	1.799.690
Obrigações tributárias	26	241.920	80.204
Processo trabalhista a pagar	27	55.416	118.057
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	28	444.505	388.163
Benefícios pós-emprego	29	607.189	1.212.546
Obrigações judiciais e Demais Obrigações		4.740	720
Patrimônio líquido	30	1.739.371	987.334
. Capital	30.1	1.061.005	1.061.005
. Reservas		861.599	618.995
Reservas de reavaliação	30.2	78.009	79.096
Reservas de lucros	30.3	783.590	539.899
. Dividendo adicional proposto	32.1	109.749	-
. Outros resultados abrangentes	30.4	(292.983)	(692.667)
Total do passivo		4.210.534	3.685.986

Demonstração do Resultado do Exercício

Em milhares de R\$

	NE	Jan -Dez 2020	Jan - Dez 2019
Receita operacional líquida	31.2	2.736.517	2.859.075
Custo dos serviços prestados	31.3	(1.474.826)	(1.368.007)
Lucro bruto		1.261.691	1.491.068
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	31.3	(842.422)	(1.009.071)
Despesas com pessoal e benefícios		(628.595)	(604.626)
Depreciação e amortização		(12.218)	(28.275)
Locação		(11.142)	(14.998)
Manutenção		(42.320)	(41.256)
Serviços de Comunicação		(7.920)	-
Serviços profissionais e contratados		(35.304)	(40.262)
Serviços públicos		(9.676)	(14.631)
Resultado com créditos a receber		(30.702)	(55.121)
Despesas tributárias diversas		(3.163)	(5.565)
Materiais		(4.973)	(4.523)
Outras despesas/receitas		(11.368)	(5.757)
Resultado com ações judiciais		(45.043)	(194.058)
Resultado financeiro	31.4	63.730	(21.670)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		482.998	460.327
Tributos sobre o lucro	31.5	(20.896)	(95.695)
Tributos correntes		(76.585)	(68.445)
Tributos diferidos		55.689	94.968
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		462.103	486.850

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em milhares de R\$

	Jan - Dez 2020	Jan - Dez 2019
Resultado líquido do período	462.103	486.850
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	399.684	(304.892)
Ajustes de passivo atuarial - Plano de Saúde - PAS Serpro	164.045	18.570
Ajustes de passivo atuarial - Previdência Complementar	441.311	(480.490)
Tributos sobre ajustes de passivo atuarial	(205.821)	157.053
Ajustes de Instrumentos Financeiros	149	(24)
Resultado abrangente no período	861.787	181.958

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto

Em milhares de R\$

	Jan - Dez 2020	Jan - Dez 2019
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2.946.014	3.065.849
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	321.467	335.067
Ressarcimento de pessoal requisitado	306.609	354.869
Outros recebimentos	135.256	64.628
Tributos e encargos	(436.825)	(753.758)
Pessoal e encargos	(1.877.095)	(1.847.045)
Sentenças judiciais	(98.700)	(112.583)
Pagamentos a fornecedores	(384.865)	(410.223)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	911.862	696.805
Atividades de Investimentos		
Pagamento Imobilizado/ intangível	(107.265)	(126.096)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(107.265)	(126.096)
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(117.613)	(52.019)
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)	(117.613)	(52.019)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	686.985	518.690
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.007.510	488.820
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	1.694.495	1.007.510

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de R\$

Geração do valor adicionado	Jan - Dez 2020	%	Jan - Dez 2019	%
1 - Receitas	3.210.500	115	3.373.733	125
1.1 - Vendas de Serviços	3.278.314	117	3.435.748	127
1.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(30.702)	(1)	(55.121)	(2)
1.3 - Descontos Concedidos	(24.367)	(1)	(3.675)	-
1.4 - Vendas Canceladas	(12.745)	-	(3.219)	-
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(366.284)	-	(383.901)	-
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	2.844.216	102	2.989.833	111
4 - Retenções	(142.420)	-	(309.256)	-
4.1 - Depreciações e Amortizações	(97.377)	(3)	(115.198)	(4)
4.2 - Resultados com Ações Judiciais	(45.043)	(2)	(194.058)	(7)
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	2.701.795	97	2.680.576	99
6 - Recebido de terceiros	97.154	-	21.177	-
6.1 - Receitas Financeiras	97.154	3	21.177	1
7 - Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	2.798.949	100	2.701.753	100
Distribuição do valor adicionado	2.020	%	2.019	%
7.1 - Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	1.736.119	62	1.590.502	57
7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)	595.150	21	620.098	22
7.3 - Capitais de Terceiros	3.592	-	3.242	-
7.4 - Capital Próprio	464.089	17	487.911	17
Acionista (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)	109.749	4	115.627	4
Acionista (Juros sobre Dividendos de Exercícios Anteriores)	1.986	-	1.061	-
Lucros/Prejuízos Retidos	242.604	9	371.223	13
Dividendos Adicionais Propostos	109.749	4	-	-
Total	2.798.949	100	2.701.753	100

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares R\$

	Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucros	Outras Reservas	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Saldo em 01 janeiro de 2019	1.061.005	138.214	10.951	156.056	-	-	(387.775)	978.452
Ajustes de exercícios anteriores - bens imóveis	-	(16.703)	-	-	-	-	-	(16.703)
Lucros/Prejuízos líquidos	-	-	-	-	-	486.850	-	486.850
Constituição de reservas	-	-	24.343	-	-	(24.343)	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	348.549	-	(348.549)	-	-
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos Complementares	-	-	-	-	-	(115.627)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(304.892)	(304.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.061.005	79.096	35.294	504.605	-	-	(692.667)	987.334
	Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucros	Outras Reservas	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	1.061.005	79.096	35.294	504.605	-	-	(692.667)	987.334
Lucros/Prejuízos Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	23.105	220.586	-	(243.691)	-	-
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-	462.103	-	462.103
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.648)	-	-	-	1.648	-	-
Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	560	-	-	-	(560)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	109.749	(109.749)	-	-
Total dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(109.749)	-	(109.749)
JCP imputados a dividendos	-	-	-	-	-	(78.010)	-	-
Complemento Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(31.739)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	399.684	399.684
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.061.005	78.009	58.399	725.191	109.749	-	(292.983)	1.739.371

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com sede em Brasília (DF). Foi criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964 e está regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; regulamentado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; por seu Estatuto Social vigente e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

Com sede em Brasília (DF), o Serpro possui presença nacional, robusta infraestrutura tecnológica e ampla experiência no desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal, oferecendo serviços de inteligência em TI para os setores público e privado. Atento à exigência legal de desenvolver soluções tecnológicas que atendam ao relevante interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional, como propulsor da transformação digital no país, o Serpro busca ser reconhecido como a empresa que viabiliza o governo digital e que tem compromisso com a segurança e a proteção de dados do cidadão contra uso indevido e não autorizado, atendendo aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Ao longo de seus 56 anos de existência, o Serpro vem favorecendo o ambiente de negócios no país e aprimorando, ainda mais, a relação entre governo e sociedade. Em 2020, o Serpro revisou suas linhas de negócio refletindo o novo momento de promover ações estratégicas para o governo digital, oferecendo produtos e serviços diversificados com atuação em seis linhas de negócio: soluções sob medida; operações de governo; informação e análise; software; ambientes e conectividade de TI; e privacidade e segurança.

Soluções sob medida-Serviços exclusivos e personalizados, construídos com a experiência que o Serpro adquiriu solucionando necessidades de Governo, capazes de atender às mais exigentes urgências do país e tornar as políticas públicas mais eficientes e econômicas.

Operações de Governo- Serviços públicos nos quais o Estado atua como regulador e o Serpro atua como executor, coordenando a operação e provendo-os diretamente à sua cadeia produtiva.

Informação e Análise-Serviços que fomentam a atividade econômica, proporcionam relacionamentos de negócio mais confiáveis, processos mais seguros e tomada de decisão inteligente ao viabilizar canais de acesso e integração à informações de Governo.

Software-Serviços de software multiplataforma que simplificam e modernizam a operação do negócio dos clientes, voltados para atender a necessidades internas ou finalísticas do negócio do cliente, com soluções inovadoras para problemas complexos do cotidiano do mercado público e privado.

Ambientes e Conectividade de TI – Serviços de computação em nuvem, redes de conectividade, infraestrutura, administração de ambientes de rede e suporte técnico especializado, de alta confiabilidade e disponibilidade, essenciais para órgãos públicos operarem atividades de sua competência e cumprirem suas finalidades.

Privacidade e Segurança-Soluções para garantir a identificação digital do brasileiro, a privacidade de seus dados e o uso seguro de serviços públicos, o que é essencial em um momento de expansão dos serviços públicos digitais.

No ano de 2020, o destaque foi para o desenvolvimento de soluções pelo Serpro para apoiar o governo e o setor produtivo no enfrentamento dos efeitos provocados pela pandemia da Covid-19, que tornou mais clara a necessidade da transformação digital no país. Destaque para as soluções de liberação de auxílio emergencial aos brasileiros e solicitação de seguro-desemprego aos empregados domésticos, além de linhas de crédito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, renda emergencial para a cultura do Rio de Janeiro e plataformas com informações úteis aos empresários e de cadastro de empresas fornecedoras de insumos, como máscaras, luvas e equipamentos hospitalares. Com o aplicativo InfraBR, o governo conseguiu levantar as condições de saúde dos caminhoneiros e das cargas transportadas pelas estradas brasileiras.

A pandemia fez com que o Serpro priorizasse ainda mais o processo de digitalização e realizasse grandes entregas para a sociedade, como a evolução da Carteira Digital de Trânsito (CDT), que passou a permitir a impressão do documento do veículo com validade jurídica, pagar multas de trânsito com até 40% de desconto e receber aviso de recall do veículo pelo aplicativo, dentre outras facilidades. A Declaração do Imposto de Renda ficou mais fácil com o documento pré-preenchido para quem tem certificado digital e o Serpro também inovou com a implantação do projeto-piloto do Embarque +Seguro com reconhecimento facial em aeroportos do país.

O Serpro também fechou importantes parcerias para a internacionalização de seus produtos e atração de investimentos estrangeiros ao Brasil, como a realizada com a Apex-Brasil e a de prestação de serviços em nuvem com a Amazon Web Service (AWS). Na área de segurança, o Serpro inaugurou o seu Centro de Operações de Segurança (SOC) e deu importante apoio ao governo federal no combate e na prevenção de ciberataques.

Com relação à LGPD, o Serpro mostrou o seu protagonismo no assunto e criou a Plataforma LGPD Educacional para oferecer soluções educacionais e certificações profissionais inéditas focadas em atender aos princípios da nova legislação. Todos esses acontecimentos tiveram sua importância reconhecida pelo mercado, com importantes premiações recebidas pelo Serpro: 1º lugar da CDT no Prêmio iBest, destaque o ano no Anuário Informática Hoje do Fórum Editorial e melhor empresa de TI pela Época Negócios e IstoÉ Dinheiro.

1.1. Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da COVID-19

Em 2020, a economia mundial foi afetada diretamente pela pandemia do COVID-19. A rápida disseminação do vírus levou a consequências sociais e econômicas inéditas na história da sociedade moderna.

A expectativa de retração do PIB mundial na ordem de 4,3% comprova que a pandemia do COVID-19 gerou impacto macroeconômico em todas as economias do mundo e que será necessário esforço conjunto para que a recuperação ocorra o mais breve possível.

No Brasil, o Governo implementou ações sociais para minimizar o impacto do COVID-19. Segundo o boletim Focus, de 8 de janeiro de 2021, a expectativa do mercado é que o PIB nacional tenha uma queda de aproximadamente 4,41% quando comparado ao ano anterior, ainda que em patamares muito inferiores à queda prevista inicialmente, de mais de 8%.

Em meio a esse cenário, o Serpro demonstrou resiliência, adaptabilidade às mudanças e tempestividade para responder às alterações de cenário no ambiente externo minimizando os efeitos da pandemia no desempenho empresarial.

As ações coordenadas de gestão empresarial, aumento de produtividade, adaptabilidade, conquista de novos clientes e otimização dos recursos, foram determinantes para o resultado empresarial alcançado no exercício de 2020, quando apresentou lucro líquido de R\$ 462,1 milhões, evidenciando uma melhoria consistente na performance operacional da Empresa.

Ainda que sofrendo tamanhos impactos da pandemia, alcançou um lucro líquido de R\$ 462,1 milhões, decréscimo de apenas 5,08% em relação ao ano anterior, justificado pela redução da receita operacional bruta em R\$ 157,4 milhões

A conjuntura observada no campo fiscal afeta e afetou consideravelmente o Serpro, cujos principais clientes são unidades do Governo dependentes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU). A queda na arrecadação federal, reflexo da diminuição verificada nas atividades econômicas, resultou em restrições orçamentárias para esses clientes, explicando a queda da receita operacional bruta oriunda do setor público da ordem de R\$ 285,8 milhões.

Esse impacto negativo, porém, foi amortecido pelo crescimento de R\$ 128,4 milhões nas receitas provenientes de clientes privados e pela melhoria na performance operacional da Empresa. Esse resultado demonstra empiricamente o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos negócios, o que trouxe o resultado expressivo da expansão das receitas com o mercado privado, que evoluíram 43,8% quando comparadas ao ano anterior e, ao final de 2020, passou a representar cerca de 12,9% da receita operacional bruta.

Continuamos a atuar de forma tempestiva e proativa para apoiar o governo no enfrentamento ao coronavírus (COVID-19) e ajudar a minimizar os efeitos provocados

pela pandemia, com soluções digitais especialmente nas áreas de gestão pública, infraestrutura, saúde, educação e fazendária.

A administração da Empresa continua alerta e agindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados.

Cabe destacar que, até 31 de dezembro de 2020, não houve ocorrências que requeressem registros com impactos negativos na situação patrimonial do Serpro, haja vista: a continuidade de prestação de serviços junto aos clientes, sem redução do valor dos contratos vigentes; a consequente manutenção do valor de uso de seus ativos; o fortalecimento da posição da Empresa como responsável pelos sistemas estruturantes do Governo Federal.

Destaca-se ainda, os impactos positivos na situação patrimonial, ainda que transitórios, decorrentes principalmente das medidas governamentais para mitigar os efeitos da crise sanitária, como a autorização para postergação do pagamento de tributos. A exemplo das Portarias ME 139/2020 e 245/2020, que dispõem sobre postergação do pagamento do INSS, Pis/Cofins e MP 927/2020, que dispõe sobre o parcelamento do FGTS.

O SERPRO vem adotando os devidos procedimentos e ações sanitárias de prevenção aos efeitos da COVID-19, visando a máxima segurança dos empregados no ambiente de trabalho, realizando ainda o monitoramento contínuo do avanço da pandemia em cada Estado brasileiro, e nas localidades em que houve retrocesso no controle da COVID-19. Optou-se para o retorno dos empregados ao regime de home office, respeitando as recomendações dos governos locais, priorizando assim, a saúde e o bem estar do corpo funcional.

1.2. O Serpro no contexto do Programa Nacional de Desestatização (PND)

Em virtude da inclusão do Serpro no Programa Nacional de Desestatização (PND) do Ministério da Economia, por meio do decreto nº 10.206/2020, e considerando as incertezas relevantes acerca das operações da Empresa, eventos ou decisões estratégicas podem: provocar modificações nas políticas e transações da Empresa; impactar o formato jurídico do Serpro no futuro próximo; provocar alterações na composição acionária, na cadeia de fornecedores, na carteira de clientes, nas parcerias de negócio, no modelo de negócio; alteração das políticas contábeis; alteração de critérios da administração em relação a créditos a receber; alteração do estatuto social; reformulação da governança corporativa; estimativas de provisões; dentre outros.

Caso se concretizem, essas alterações têm reflexo imediato e significativo nas demonstrações financeiras, até mesmo em relação aos segmentos das operações (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC TG 22), na relação do Serpro com Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com a Bolsa de Valores B3, com o Governo Federal e com mercados externos.

Cumprir citar que, no âmbito do PND e nos termos dos art. 47 e art. 59 do Decreto 2.594/1998 e o art. 7º da Lei 13.334/2016, somente as contratações relativas à manutenção e operação da Empresa estão dispensadas de autorização do Ministério da Economia, excluídas, por exemplo, aquisição ou alienação de ativos (NE9 - Ativo não Circulante mantido para venda).

Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi autorizada pela Diretoria Executiva da Empresa, em reunião realizada no dia 27 de janeiro de 2021.

As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração, em reunião conjunta com o Conselho Fiscal, em 18 de março de 2021, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária no dia 29 de abril de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5. Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros ocorre pela abordagem do mercado principal, em que são utilizados os preços que foram observados e outras informações relevantes ao produto em transações no mercado que envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.6. Reclassificações

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações podem ser reclassificadas. Essas reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objeto de reapresentação de balanço. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo de demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

2.7. Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal (STF), através de decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária (ACO) 2.658/DF de 06 de abril de 2018, fundamentada no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal, concedeu ao Serpro a imunidade tributária recíproca sobre bens, patrimônio e serviços, condicionando a sua aplicabilidade exclusivamente às situações em que a Empresa prestar serviços a órgãos e entidades da administração pública.

Visando a operacionalização da mencionada decisão, o Serpro requereu aos entes tributantes do ISSQN de maior impacto em sua operação, o reconhecimento administrativo da sua imunidade recíproca, nos termos do definido pelo STF, tendo resultado positivo perante o fisco do Distrito Federal, mediante o ato declaratório GDF nº 622/2019, de caráter definitivo, e nos municípios de São Paulo e Porto Alegre, ambos pendentes de ratificação pelos fiscos locais.

Em relação aos Municípios do Rio de Janeiro, Curitiba, Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Florianópolis foi necessário a propositura da competente ação declaratória de imunidade tributária, tendo atualmente decisões provisórias que desobrigam o recolhimento dos impostos municipais para as seguintes municipalidades: Recife, Fortaleza, Belém, Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro.

Sobre os tributos federais, a estratégia adotada foi a implementação da apuração do IRPJ sobre o lucro não imune, por meio da segregação do lucro atribuído aos grupos de clientes: imunes e não imunes, o que ensejou uma minoração relevante deste tributo (NE 31.5). Com relação ao PIS e a COFINS, houve a modificação para o regime de cumulatividade sobre a receita com clientes imunes. (NE 26.3.2).

2.8. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

A Empresa apresenta a DFC, conforme NBC TG 03 (R3), pelo método direto, com reconciliação, em nota explicativa (NE 4.3), pelo método indireto.

2.9. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Empresa elabora DVA, conforme NBC TG 09, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 3. Principais políticas contábeis

Considerando o que dispõe a norma contábil, as práticas mais significativas aplicadas pelo Serpro no exercício de 2020 estão apresentadas a seguir:

3.1. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

3.2. Ativo Intangível

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

3.3. Ativo não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se o objetivo da administração for a destinação para venda.

3.4. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados compreendem os benefícios de curto prazo a empregados, cuja liquidação é esperada em até 12 meses, tais como remuneração e encargos sociais, licença-prêmio, participação nos lucros e resultados, etc, os benefícios pós-emprego, tais como pensões, aposentadorias e assistência médica pós-emprego; e os benefícios rescisórios, referentes a Programa de Demissão Voluntária ofertado pelo Serpro.

3.4.1. Benefícios de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente.

3.4.2. Benefícios pós -emprego

3.4.2.1. Planos de previdência complementar

3.4.2.1.1. Planos de benefício definido

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são registradas com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquidas dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e é realizado conforme a determinação de premissas atuariais, que incluem: estimativas demográficas, realizadas conforme a base de dados referente à população e aos planos, e econômicas.

As remunerações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

O custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo são reconhecidos no resultado.

3.4.2.1.2 Planos de contribuição variável

A Empresa contribui também para um plano de contribuição variável, no qual as contribuições, realizadas na fase de acumulação, são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal.

3.4.2.2. Programa de Assistência à Saúde: PAS/SERPRO

As obrigações com o programa de assistência médica são provisionadas com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, acumuladas para o cômputo da obrigação final. O cálculo é realizado mediante a definição de hipóteses atuariais, que incluem: estimativas demográficas, conforme a base de dados relativa à população e aos planos econômicos e estimativas dos custos médicos.

As remensurações da obrigação líquida, em relação ao PAS/Serpro, são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes. O custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo do benefício definido são reconhecidos no resultado.

3.4.3. Benefícios Rescisórios

Em decorrência da realização de Programa de Demissão Voluntária (PDV), o Serpro oferece a seus empregados aptos benefícios resultantes da decisão do empregado de aceitar uma oferta por parte da Empresa em troca da rescisão do contrato de trabalho.

No PDV foram oferecidos incentivo financeiro e incentivo social. No caso do financeiro, referente à indenização com base em remuneração, o passivo e despesas são reconhecidos após o aceite por parte do empregado, desde que validada sua adesão pela Empresa.

No caso do incentivo social, representa a participação do Serpro no custeio da mensalidade do Plano de Assistência à Saúde – PAS/Serpro. Para empregados aposentados na data da rescisão, o benefício é concedido mensalmente, limitado a 12

meses. Nesse caso, o reconhecimento da despesa ocorre concomitantemente à concessão das parcelas. Para empregados não aposentados, o benefício se dá em forma de indenização e é reconhecido contabilmente no ato da rescisão.

3.5. Caixa e equivalente de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.6. Gastos subsequentes

Incorporados somente nos casos em que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos para a entidade.

3.7. Instrumentos financeiros

Em relação a NBC TG 48 (rev 14) e CPC 48 (rev 14), estão incluídos, no Serpro, os itens patrimoniais: fundo de aplicação extramercado; créditos a receber de clientes; investimentos em incentivos fiscais; e contas a pagar ou fornecedores.

3.7.1 Fundo de aplicações extramercado

São valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Em todos os casos, a mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação.

3.7.2 Créditos a receber de clientes

Não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, sendo portanto reconhecidos pelo custo amortizado.

3.7.3 - Contas a pagar ou fornecedores

Em regra, o Serpro não possui passivo oneroso. Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. O objetivo comercial do passivo é o financiamento das atividades operacionais, mantido até o vencimento. É reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento.

Conforme acima, os grupos relevantes afetados pela NBC TG 48 não foram impactados no Serpro. O quadro abaixo sintetiza as principais informações:

Grupo	Modelo de Negócio	Objetivo	Mensuração
1. Fundo de aplicação extramercado	Mantido para negociação e realização	Valorização do recurso e liquidez	Valor Justo em Resultado
2. Créditos a receber de clientes	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Custo amortizado
2.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Estimativa de perdas futuras em Resultado
3. Investimentos em incentivos fiscais	Mantido para venda do ativo (não mantido para negociação ou negociação futura)	Usufruir dos benefícios fiscais e vender o ativo	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
4. Contas a pagar e fornecedores	Mantido para manutenção das atividades operacionais	Financiar as atividades operacionais; manter até o vencimento	Custo amortizado

3.8. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considera as faturas vencidas, utilizando-se o critério temporal. Com base no histórico, os valores vencidos há mais de 365 dias possuem maior possibilidade de não recebimento e, portanto, compõem a PECLD, salvo naqueles casos em que haja manifestação formal de pagamento por parte do cliente. São incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante, em sua integralidade.

3.9. Provisões trabalhistas e cíveis

São provisionados os valores das ações, em fase de execução, que tenham probabilidade de saída de recursos igual ou superior a provável, classificados pelo departamento jurídico, como prováveis.

A provisão é calculada utilizando o valor estimado de quitação do processo na data do balanço, no caso do Serpro, trata-se da multiplicação do valor calculado utilizando-se os parâmetros homologados da execução do processo judicial, com o percentual de risco de perda do processo

3.10. Provisões administrativas e tributárias

Os tributos de natureza indireta, incidentes sobre a receita oriunda dos entes públicos, que foram incluídos nos preços dos serviços e não recolhidos em virtude da

aplicação da imunidade, estão registrados em provisões administrativas no passivo circulante (NE 28.3) para ressarcimento a clientes, nos casos em que houver decisão favorável definitiva, ou, em obrigações tributárias no passivo não circulante (NE 26) para os casos em que aguarda decisão.

3.11. Receita operacional

Nos termos da NBC TG 47, o Serpro adota critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. Dessa forma, são contabilizadas além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência.

Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se, mensalmente, a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

3.12. Redução ao valor recuperável

Em 2020, não foi identificado qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no Ativo Imobilizado e Intangível, como também não foi apontada qualquer indicação de desvalorização dos ativos de maior representatividade. A Empresa apresentou retorno positivo na utilização de seus ativos, haja vista o lucro apurado no encerramento do exercício. Assim, mostrou-se dispensável a realização do teste de redução ao valor recuperável desses ativos (NBC TG 01 (R4)).

Como resultado da revisão dos valores atribuídos aos depósitos judiciais, a Empresa reconheceu uma perda pelo valor recuperável, por entender, na apuração realizada até a data do balanço e nos termos da NBC TG 01 (R4), que o valor contábil do ativo excedeu o seu valor recuperável (NE 10). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Ativo

Ativo circulante

Nota 4. Caixa e equivalentes de caixa

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Caixa/ Bancos	139.930	45.141
Aplicação financeira	1.554.565	962.369
Caixa e equivalente de caixa	1.694.495	1.007.510

4.1. Bancos conta movimento

São recursos financeiros disponíveis, depositados, em sua maioria, R\$ 139,6 milhões, na conta limite de saque com vinculação de pagamento.

4.2. Aplicação financeira

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez. Nos termos estabelecidos na Resolução 3284, de 15/05/2005, do Banco Central do Brasil – BCB, a quantia de R\$1.554,6 milhões foi aplicada no mercado financeiro, contemplando os seguintes fundos de investimento, lastreados em títulos públicos federais, cujas rentabilidades são atreladas à taxa SELIC:

4.2.1. BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa, gerido pelo Banco do Brasil, com rentabilidade anual de 3,8409%, cujo saldo alcançou R\$ 510,4 milhões;

4.2.2. BB Extramercado FAE 2 Fundo de Investimento em Renda Fixa, gerido pelo Banco do Brasil, com rentabilidade anual de 3,8813%, cujo saldo alcançou R\$ 17,2 milhões;

4.2.3. CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1, gerido pela Caixa Econômica Federal, com rentabilidade anual de 3,8118%, cujo saldo alcançou R\$ 1.026,8 milhões;

4.2.4. BB Extram FAE 2 FI, gerido pelo Banco do Brasil, com rentabilidade anual de 3,8639%, cujo saldo alcançou R\$ 160,5 mil;

4.2.5. BB Extram FAE, gerido pelo Banco do Brasil, com rentabilidade anual de 3,8234%, cujo saldo alcançou R\$ 14,8 mil.

4.3. Conciliação do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	Em milhares R\$
Descrição	Dez/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	482.998
Ajustes por:	
Depreciação e amortização	97.378
Perda Estimada com créditos de liquidação duvidosa	28.984
Demais provisões para contas a receber	1.718
Provisão para participação nos resultados	27.992
Pessoal	258.486
Despesas de juros	4.521
Receitas de juros	(56.608)
Reversão de provisões	(6.634)
Créditos tributários	6.650
Contas transitórias	372
Demais ajustes	17.444
Lucro ajustado	863.301
Diminuição nas contas a receber	69.022
Aumento no ressarcimento de pessoal	(18.000)
Aumento nos créditos diversos a receber	(17.248)
Aumento nos adiantamentos concedidos	(441)
Aumento nas obrigações tributárias	12.216
Aumento nas consignações	4.197
Diminuição nos processos trabalhistas a pagar	(653)
Diminuição na participação nos lucros ou resultados	(498)
Diminuição nas outras obrigações	(32)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (a)	911.862
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(107.265)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)	(107.265)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Dividendos pagos	(117.613)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (c)	(117.613)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período (a) + (b) + (c)	686.985
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	1.007.510
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	1.694.495

Nota 5. Clientes

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Créditos a receber de clientes a vencer	181.340	257.041
Créditos a receber a faturar	146.646	152.536
Vencidos até 30 dias	10.147	18.468
Vencidos de 31 a 60 dias	29.916	18.713
Vencidos de 61 a 90 dias	13.860	17.130
Vencidos de 91 a 180 dias	19.953	25.813
Vencidos de 181 a 365 dias	45.156	54.093
Vencidos acima de 365 dias	113.781	86.026
Créditos a receber	560.799	629.820
PECLD	(113.781)	(84.797)
Clientes - OGU	(96.438)	(87.839,8)
Demais Clientes	(17.343)	(8.937,3)
Total	447.017	545.023

Os créditos a receber de clientes no encerramento do exercício (R\$ 447,0 milhões) são apresentados no balanço deduzidos das Perdas Estimadas em Créditos em Liquidação Duvidosa PECLD (R\$ 113,8 milhões).

Nota 6. Ressarcimento de pessoal

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Créditos a receber	38.451	26.675
Sentenças judiciais	54.400	54.470
Provisões ACT	6.293	-
Total	99.144	81.145

O valor de créditos a receber refere-se a Notas de Ressarcimento (NR) emitidas pelo Serpro a órgãos governamentais. Trata-se do reconhecimento do direito ao reembolso do pagamento da folha de salário dos empregados cedidos a esses órgãos.

O valor de R\$ 6,9 milhões refere-se às provisões do Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2021 de remuneração, encargos e benefícios, referentes ao Pessoal Cedido.

Em dezembro de 2020, o Serpro possuía 2.167 empregados cedidos a órgãos governamentais (2.222 em 2019), em sua maioria lotados em órgãos vinculados ao Ministério da Economia.

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
A vencer	21.880	1.587
Vencidos até 30 dias	293	766
Vencidos de 31 a 60 dias	124	684
Vencidos de 61 a 90 dias	75	612
Vencidos de 91 a 180 dias	102	1.600
Vencidos de 181 a 360 dias	12	3.848
Vencidos acima de 360 dias	15.965	17.578
Total	38.451	26.675

No caso das sentenças judiciais, com saldo de R\$ 54,4 milhões, se referem a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do Passivo Circulante, vincendas nos próximos doze meses (NE 23).

Nota 7. Créditos diversos a receber

O saldo de R\$ 41,1 milhões representa, em sua maioria, R\$ 22,2 milhões, o reconhecimento no ativo circulante de parte do valor relativo à participação da patrocinadora na distribuição do Superávit do Plano PSII da EFPC- Serpros seguido de R\$18 milhões referentes a créditos decorrentes de folha de pagamento (NE 33.3).

Nota 8. Créditos tributários

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
IRPJ/CSLL a Compensar	185.934	214.099
IRPJ/CSLL a Recolher (NE 31.5.2)	(76.585)	(68.445)
Total	109.349	145.654

O valor líquido a compensar de IRPJ e CSLL, de R\$109,3 milhões, representa a diferença entre as antecipações decorrentes de retenção na fonte, os pagamentos realizados por estimativas, e os valores desses tributos devidos no final do período.

Nota 9. Ativo não circulante mantido para venda

Em milhares de R\$

Imóvel	Valor original	Depreciação acumulada	Valor terreno	Valor contábil	Valor mercado*
Casa - Teresópolis/RJ	246	-	-	246	270
Galpão - Taguatinga/DF	292	(58)	1.348	1.582	6.000
Prédio Comercial - São Paulo/SP	1.004	(201)	78	881	13.117
Prédio Comercial - São Paulo/SP	2.231	(2.231)	-	-	14.017
Total	3.773	(2.490)	1.426	2.709	35.934

*com base em laudos de avaliação de 2017/2018

Trata-se de imóveis não inseridos no contexto operacional da Empresa e com venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Os procedimentos estão em conformidade com o que preconiza a NBC TG 31 (R4) - Ativo não circulante para venda e operação descontinuada. Cabe destacar que o SERPRO vem trabalhando num novo plano de venda para esses ativos.

Ativo Não Circulante

Nota 10. Depósitos Judiciais e Recursais

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Depósitos judiciais e Recursais	281.913	267.924
Ajuste de Perdas de Outros Créditos	(12.520)	(43.730)
Ações fiscais	6.351	6.351
Total	275.743	230.544

Representam garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. O acréscimo de R\$ 45,0 milhões em relação ao mesmo período do ano passado trata-se basicamente de ações trabalhistas movidas por empregados e ex-empregados. Aliado a isto, a partir do 3º trimestre de 2020, com base nos extratos bancários judiciais, é efetuada a atualização monetária, no valor de R\$ 17,3 milhões, referentes aos processos analisados entre a área jurídica e a controladoria.

A partir do terceiro trimestre de 2020, após reunião com a SUPJU que trouxe a conhecimento da SUPCO de que, após o advento da lei nº 13.467/2017 no seu parágrafo 4, todos os depósitos para recursos serão feitos em conta vinculada ao juízo e corrigidos com os mesmos índices da poupança, estes valores foram reclassificados para a conta de depósito judicial, em conta corrente específica, com o objetivo de evidenciar fidedignamente as inconsistências apuradas em comparação com os saldos bancários judiciais.

10.1. Ajuste de perdas de outros créditos

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
(a) Depósitos Judiciais	245.705	267.924
(b) Extratos Bancários Judiciais	258.226	224.194
Total (a) - (b)	(12.520)	(43.730)

Esta conta retrata a perda dos valores relacionados aos ativos judiciais que aguardam posicionamento do jurídico para a contabilização da baixa destes depósitos judiciais e recursais. Em 2019, foram identificadas inconsistências entre os valores registrados nas contas bancárias/judiciais e os registrados em ativos judiciais.

Como resultado da adequação das inconsistências, em andamento desde 2019, houve redução dos valores identificados, passando de R\$ 43,7 milhões em 2019, para R\$ 12,5 milhões em 2020. Essa diferença é registrada como ajuste ao valor recuperável do ativo.

Para composição dos depósitos judiciais e recursais foram considerados para o cálculo do ajuste os valores de R\$ 233,1 milhões de depósitos judiciais e R\$ 12,6 milhões de depósitos recursais.

10.2. Ações fiscais

Correspondem, em ampla maioria, R\$6,2 milhões, a depósito administrativo referente à autuação fiscal e que foi efetuado com a finalidade de afastar os encargos moratórios da penalidade imposta, no caso de não acolhimento dos argumentos de defesa.

O referido procedimento administrativo fiscal teve Recurso Voluntário, interposto pelo Serpro junto ao Conselho Administrativo de Recursos Federais (CARF), apreciado em 02 de setembro de 2020, e, de forma unânime, foi acolhido os argumentos da Empresa, declarando-se a nulidade da autuação fiscal por erro de capitulação. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial para a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSFR) do CARF, aguarda-se julgamento deste órgão.

Nota 11. Ressarcimento de pessoal

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
(a) Despesas judiciais (PSE)	200.871	255.243
(b) Provisões trabalhistas (PSE)	113.451	96.487
Total (a) + (b)	314.322	351.730

11.1. Despesas judiciais

O montante de R\$ 200,9 milhões (255,2 milhões em 2019) faz alusão às notas de ressarcimento referentes aos acordos e processos trabalhistas envolvendo empregados que cedidos a outros órgãos, em sua ampla maioria à Receita Federal do Brasil e que aguardam a quitação para que a Empresa possa dar baixa. (NE 23)

11.2. Provisões trabalhistas PSE

O montante de R\$ 113,4 milhões (96,5 milhões em 2019) refere-se aos demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, conforme controle da SUPJU.

Nota 12. Créditos tributários diferidos

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Ativo fiscal diferido	620.242	763.257
Passivo fiscal diferido	(115.572)	(108.024)
Total	504.670	655.233

O saldo representa a diferença entre o Ativo Fiscal Diferido e o Passivo Fiscal Diferido constituído sobre as adições e exclusões temporárias na apuração do IRPJ e CSLL e o crédito tributário sobre base negativa da contribuição social (NE 31.5.5).

Nota 13. Clientes em avaliação de direito

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Faturas a Receber	266.100	266.100
PECLD	(266.100)	(266.100)
Total	-	-

Em 2015, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), houve a contabilização de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, referente às faturas de clientes em avaliação de direito.

Nota 14. Créditos realizáveis a longo prazo

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Créditos a Receber de Fundos de Pensão	108.270	101.388
Superávit Serpros (nota 14.1)	24.174	41.144
Letras Financeiras de Santa Catarina (nota 14.2)	84.096	60.243
Demais Créd. Realiz. a Longo Prazo	22	22
Total	108.292	101.410

Os créditos realizáveis a longo prazo são compostos, principalmente, pelos créditos a receber de Fundos de Pensão, provenientes dos direitos relacionados às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) e à distribuição do superávit do plano PS-II, relativos à parcela do patrocinador.

14.1. Superávit Serpros

Os valores contabilizados referem-se ao saldo de novembro/2020 apurado pelo SERPROS. A apuração da atualização do saldo devido depende da rentabilidade mensal das cotas divulgada ao final de cada mês.

Em 2020, foram recebidas 12 parcelas sob a forma de abatimento das contribuições mensais devidas totalizando R\$ 25,2 milhões e reconhecido o montante de R\$ 2,7 milhões referente à rentabilidade desses recursos.

14.2. Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina - LFTSC

As Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) estão reconhecidas pelo valor incontroverso de R\$ 60 milhões, já deduzido das custas judiciais. O direito do Serpro junto ao SERPROS corresponde a 42,87% dos créditos desta, que monta o valor total de R\$ 84 milhões, atualizado em 31/12/2020. Os títulos em favor do SERPROS estão listados como precatórios junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Nota 15. Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo	Depreciação/ Amortização	Valor líquido	
	Dez/2020		Dez/2020	Dez/2019
Edifícios	145.174	(43.626)	101.548	103.196
Terrenos	65.604	-	65.604	65.604
Estudos e projetos	-	-	-	1.766
Obras em andamento	10.722	-	10.722	10.125
Instalações	141.435	(99.072)	42.363	50.585
Benfeitorias propr. de terc.	1.817	(1.595)	222	396
IPC/90	19.210	(2.531)	16.679	16.922
Bens móveis	1.029.359	(718.031)	311.327	228.077
Total	1.413.320	(864.855)	548.464	476.669

15.1. Movimentação do imobilizado

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo	Adições	Alienações/ Baixas	Saldo
	Dez/2019			Dez/2020
Edifícios	145.174	-	-	145.174
Terrenos	65.604	-	-	65.604
Estudos e projetos	1.766	-	(1.766)	-
Obras em andamento	10.125	3.318	(2.721)	10.722
Instalações	137.651	3.940	(156)	141.435
Benfeitorias propr. de terc.	1.817	-	-	1.817
IPC/90	19.210	-	-	19.210
Bens móveis	926.452	140.546	(37.639)	1.029.359
Total	1.307.798	147.804	(42.282)	1.413.320

15.2. Movimentação da depreciação/ amortização

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo	Depreciação/ Amortização	Alienações/ Baixas	Saldo
	Dez/2019			Dez/2020
Edifícios	(41.978)	(1.663)	15	(43.626)
Instalações	(87.066)	(18.183)	6.177	(99.072)
Benfeitorias propr. terc.	(1.421)	(175)	2	(1.595)
IPC/90	(2.531)	-	-	(2.531)
Bens móveis	(698.089)	(65.032)	45.089	(718.031)
Total	(831.085)	(85.053)	51.283	(864.855)

15.3. Revisão de vida útil dos bens

Em 2020, as vidas úteis dos equipamentos foram revistas por meio de estudos realizados por especialistas da Empresa, cujo objetivo era aderir o tempo de obsolescência à necessidade de renovação do parque tecnológico da Empresa. A partir da reclassificação, os equipamentos de tecnologia da informação e comunicação passaram a ter vida útil de 84 meses, compatível com o período que a Empresa espera utilizá-los antes de se tornarem obsoletos.

Os bens, que pela nova sistemática adotada ainda eram servíveis e que tiveram suas vidas úteis revistas, sofreram recálculo das cotas de depreciação a partir do valor contábil em janeiro de 2020 e vidas úteis remanescentes. Os ajustes das diferenças entre os valores contabilizados ao longo do exercício de 2020 (janeiro a dezembro) foram registrados no mês de dezembro.

Por se tratar de mudança de estimativa, nos moldes da Resolução CFC nº1.055/05 e alterações posteriores do Pronunciamento Técnico CPC 23 -Políticas Contábeis,

Mudanças de estimativas e retificação de erro, os impactos das revisões das vidas úteis foram reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

O impacto positivo ocasionado por esta mudança de estimativa foi de R\$ 10,7 milhões no resultado do exercício. Os bens totalmente depreciados, mesmo pelo novo período estabelecido pela área técnica, serão encaminhados para descarte e substituição, pois estão obsoletos, de acordo com a classificação estabelecida pela Empresa.

Nota 16. Ativo Intangível

Descrição	Em milhares de R\$		
	Dez/2019	Adições	Dez/2020
Software	613.786	29.515	643.301
(Amortização acumulada)	(549.738)	(29.268)	(579.006)
Total	64.048	248	64.295

O saldo líquido de R\$ 64,3 milhões corresponde a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, ainda em processo de amortização.

Passivo

Passivo circulante

Nota 17. Consignações

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Previdência social	14.810	14.475
Pensão alimentícia	36	21
IRRF	49.983	48.852
Tributos federais retidos	16.487	12.714
ISS	427	846
Plano de previdência e assistência médica	9.960	9.329
Entidades representativas de classes	154	151
Empréstimos, retenções e consignatários	3.573	4.846
Total	95.430	91.234

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também de tributos retidos de fornecedores.

Nota 18. Tributos e encargos sociais

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Passivo fiscal diferido (nota 18.1)	72.393	75.859
PASEP / COFINS a recolher (nota 18.2)	62.009	48.125
ISS a recolher (nota 18.3)	3.756	8.482
Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta	16.904	14.601
FGTS	8.471	8.789
Outros tributos	571	672
Total	164.103	156.528

Trata-se das obrigações tributárias e dos encargos sociais já deduzidos os tributos a recuperar.

18.1. Passivo fiscal diferido

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
IRPJ/ CSLL s/ Crédito Superávit	7.534	6.995
Tributos s/ Crédito de Clientes a Faturar	64.859	68.865
IRPJ/ CSLL	42.133	43.104
Tributos s/ receita bruta a faturar	22.726	25.761
Total	72.393	75.859

O IRPJ/CSLL sobre saldo a receber de Superávit SERPRO (R\$ 7,5 milhões), trata-se de tributos incidentes sobre a parte do superávit registrado no ativo circulante (NE 7). Uma vez que o fato gerador é tratado como diferença temporária, o tributo será incluído na apuração dos IRPJ e CSLL correntes à medida que haja realização do ativo.

Os tributos incidentes sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar (R\$ 64,9 milhões) decorrem do reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47. Importante frisar que o diferimento do tributo é aplicável uma vez que a receita a faturar é calculada por estimativa e não passou por todas as etapas que caracterizam a realização do fato gerador. Os tributos sobre a receita bruta a faturar são representados pela CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

18.2. PASEP/COFINS a recolher

O PASEP e a COFINS estão relacionados à movimentação do Contas a Receber de Clientes, tendo em vista que o recolhimento da maioria dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento. O acréscimo de R\$ 13,9 milhões é atribuído ao maior

volume desses recebimentos em dezembro de 2020, que são recolhidos no período seguinte, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.718/98.

18.3. ISS a recolher

A redução do ISS a recolher está relacionada à aplicação da imunidade tributária nos municípios de Brasília, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro, combinada com a redução do faturamento.

Nota 19. Fornecedores

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
A vencer	163.754	103.589

Houve um aumento de R\$ 60 milhões, em relação ao ano anterior, no saldo das obrigações a pagar junto a fornecedores decorrente de execução de contratos, em sua maioria em TI, concentrado no encerramento do exercício, cujos pagamentos ocorrerão no decorrer de 2021. O Serpro não possui valores vencidos a pagar.

Nota 20. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Férias	183.762	156.236
13º salário	-	174
Licença prêmio	121.400	135.203
Pessoal a Pagar	4.660	3.852
Total	309.822	295.465

Nota 20.1. Obrigações com pessoal - férias e licença-prêmio

Descrição	Em milhares de R\$			
	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Efeito Líquido
Férias	151.090	32.672	(16.823)	166.939
Licença-prêmio	118.841	2.560	-	121.400
Total	269.930	35.232	(16.823)	288.339

Nota 21. Ações do Programa de Demissão Voluntária

Em 2020, o Serpro instituiu o PDV para empregados aderentes, com desligamento programado para o mês de dezembro. O valor do incentivo provisionado, em 31/12, culmina num saldo de R\$ 117,6 milhões a serem pagos no decorrer do exercício seguinte.

Em milhares de R\$

Descrição	Valor Provisionado	Valor Pago	Saldo
PDV	130.989	(13.372)	117.617
Total	130.989	(13.372)	117.617

Nota 22. Provisão do Acordo Coletivo de Trabalho

O saldo de R\$25,6 milhões corresponde ao provisionamento do ACT 2020/2021, apurado segundo os termos negociais propostos até o fechamento do mês de dezembro. Cumpre ressaltar que o no saldo da provisão reflete as mudanças nas negociações coletivas de trabalho.

Nota 23. Processo trabalhista a pagar

Neste grupo, são registrados os valores a pagar decorrentes de acordos judiciais em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno.

Com relação aos valores decorrentes de acordo em ação movida por empregados do quadro externo, os pagamentos das parcelas mensais são ressarcidos pela União.

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Processo trabalhista - Serviço Externo (PSE)	54.400	54.470
Processo trabalhista - Pessoal Interno	10.161	10.744
Total	64.561	65.214

Nota 24. Plano de previdência complementar

O saldo de R\$ 35,9 milhões corresponde, em parte, a R\$ 7,0 milhões referentes a contribuições normais paritárias a pagar na data do encerramento do balanço. Além disso, compõe-se de valores reconhecidos a título do não pagamento de encargos moratórios junto à EFPC (R\$ 28,9 milhões) a seguir detalhados.

24.1. Ação de cobrança de parte relacionada 1

Processo 0012357-70.2016.401.3400 (CIV-0002/2016)

O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo, o pagamento de R\$ 11,3 milhões, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado a viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do TCU. O processo encontra-se na fase de instrução do julgamento. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença;

24.2. Ação de cobrança de parte relacionada 2

Processo 00026272-89.2016.4.01.3400 (CIV-0057/2017)

O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo que não foram pagos os encargos incidentes (período: abril de 2013 a fevereiro de 2016) referentes ao acordo de parcelamento do aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro para o Plano Serpro II e seus aditivos, termo de amortização da dotação inicial e termo de parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na Lei nº 8.020/90, além da cobrança de encargos incidentes sobre as contribuições paritárias devidas aos planos de benefícios do SERPROS, no valor total de R\$17,6 . O processo encontra-se na fase de instrução e julgamento, em tramitação 2ª na Vara Federal do Distrito Federal. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

Nota 25. Participação nos lucros ou resultados

	Em milhares de R\$	
Participação nos Lucros ou Resultados	Dez/2020	Dez/2019
Participação corpo funcional		
(a) Total de dividendos distribuídos	109.749	115.627
(b) Percentual sobre dividendos acordo coletivo	25%	25%
(c) Participação - Corpo Funcional	27.437	28.907
(d) Participação - Administradores	554	739
(e) Total (c) + (d)	27.991	29.646

Cabe destacar que o valor a ser distribuído ao Corpo Funcional segue critérios definidos e aprovados no Programa de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados - PPLR 2020 e aos Administradores, é calculado com base na remuneração média, de acordo com as regras específicas do Programa de Remuneração Variável de Administradores - RVA 2020.

Passivo não circulante

Nota 26. Obrigações tributárias

	Em milhares de R\$	
Descrição	Dez/2020	Dez/2019
ISS a recolher	84.589	26.874
ISS renegociado	38.755	38.755
PASEP/COFINS a recolher	118.576	14.574
Total	241.920	80.204

O conjunto dessas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social está assim constituído:

26.1. ISS a recolher

Trata-se de obrigação provisionada no valor de R\$ 84,6 milhões, devido a aplicação da imunidade tributária nos municípios de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro. (NE 2.7)

Em Brasília não houve a necessidade de provisionamento, pois a imunidade tributária na localidade foi reconhecida definitivamente pelo Governo do Distrito Federal através da publicação do ATO DECLARATÓRIO Nº 622 – NUBEF/ GEESP/COTRI/SUREC/ SEF/SEEC, em 04 de outubro de 2019.

26.2. ISS renegociado

Refere-se ao parcelamento de débito que está com o pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária. Em 2019, foi ajuizada ação de repetição de indébito tributário com o objetivo de recuperar o ISS recolhido entre os anos de 2010 a 2019. Com o ajuizamento da ação, obteve-se decisão liminar para suspensão dos pagamentos dos PATs. Os PATs oriundos de São Paulo-SP eram os únicos programas de parcelamento que o SERPRO possuía.

26.3. PASEP/ COFINS a recolher

26.3.1. Contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante (R\$ 14,6 milhões);

26.3.2. Contribuições sobre serviços prestados a clientes públicos imunes, que sofreram alteração do regime não cumulativo para o regime cumulativo, por conta da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020. Esse procedimento resultou na transferência de R\$ 104 milhões do circulante para o não circulante.

Nota 27. Processo trabalhista pagar

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Processo trabalhista – Serviço Externo (PSE)	45.256	99.656
Processo trabalhista - Pessoal Interno	10.161	18.401
Total	55.416	118.057

Neste grupo, são registrados os valores a pagar decorrentes de acordos judiciais em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno. Com relação aos valores decorrentes de acordo em ação movida por empregados do quadro externo, os pagamentos das parcelas mensais são ressarcidos pela União.

Nota 28. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

28.1. Classificação dos riscos das provisões trabalhistas e cíveis

Os advogados classificam os processos e atribuem o risco, com base no histórico do pedido, na experiência e no andamento do processo. O risco compõe o valor esperado no sentido de atender o item 43 do NBC TG 25 que trata sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os riscos processuais são classificados no Serpro da seguinte forma:

Provável (51 a 100%): classificação aplicada para denotar que o risco de desfecho desfavorável ao Serpro é muito alto, apesar de não ter ocorrido, ou quando a chance de ocorrer um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis é maior do que a de não ocorrer. A classificação do risco de um processo como provável denota um prognóstico de perda da ação, em razão de elementos ou indicativos como a tendência jurisprudencial que se mostra desfavorável à tese da Empresa, teses anteriores apreciadas em tribunais superiores quando matérias de direito estão envolvidas e dificuldade para produção de provas, quando se trata de litígio que envolve matéria de fato. Os valores referentes a processos judiciais classificados com risco provável são contabilizados como passivo.

Possível (25 a 50%): demonstra que a possibilidade de ocorrer um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis à Empresa é menor que provável e maior que remota. Um prognóstico de possível perda da ação denota que o insucesso pode ocorrer, no entanto, os elementos ou dados são inexistentes ou insuficientes para formação de convicção quanto à tendência de êxito ou insucesso no processo em questão. Processos, cuja classificação de risco corresponde a possível, são inseridos nas notas explicativas (na seção de passivos contingentes), mas não estão reconhecidas e evidenciadas nas demonstrações financeiras

Remoto (0,1 a 25%): classificação empregada quando a chance de um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis ser proferida é reduzida, configurando-se como um processo que dificilmente trará perdas ou prejuízos ao Serpro, ou são insignificantes as chances de que existam perdas.

28.2. Provisões trabalhistas e cíveis

	Em milhares de R\$	
Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Provisões trabalhistas e cíveis	427.209	377.808

São provisionados os processos classificados como prováveis, em que a Empresa é ré e estão em fase de execução (ou seja, não há dúvida da existência do evento passado). A estimativa é realizada pelo método do valor esperado de acordo com a interpretação da NBC TG 25 (R1) (item 40).

O risco é atribuído pelo advogado e o valor apurado pelo perito assistente com base

no valor homologado de sentença de execução. A maioria dos processos são de natureza trabalhista, representando mais de 98% do passivo provisionado.

A Administração entende que as provisões de R\$427 milhões, constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25). Os processos classificados como possíveis totalizam R\$14,9 milhões.

Em milhares de R\$	
Saldo da provisão 31/12/2019	377.808
Processos que entraram na provisão	62.272
Processos que saíram da provisão	(18.660)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	86.610
Redução nos processos anteriormente provisionados	(80.821)
Saldo da provisão 31/12/2020	427.209

O Serpro espera que parte do passivo seja reembolsado. Desta forma, e seguindo a NBC TG 25 (item 53), é contabilizado um ativo das ações de empregados cedidos, já que destes se espera a devolução dos valores desembolsados. O total do passivo deste grupo de ações é de R\$113,4 milhões. Abaixo um quadro discriminatório da provisão e dos valores esperados de reembolso.

Em milhares de R\$		
Tipo de ação	Dez/2020	Dez/2019
Sem expectativa de reembolso	313.758	281.320
Com expectativa de reembolso	113.451	96.488
Saldo da provisão 31/12/2020	427.209	377.808

Como o fundamento do reembolso é legal e a administração pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração do Serpro julga que o reembolso é praticamente certo.

No exercício anterior foram elencados como fatores estruturantes:

- i- alteração da forma de atualização dos débitos trabalhistas;
- ii- reforma trabalhista e
- iii- Ação cível originária onde foi reconhecida a Imunidade (subitem 3 desta parte das Notas Explicativas) Tributária para o Serpro.

Dos fatores estruturantes que estavam como incertos no ano passado, foi possível identificar o efeito da “Reforma Trabalhista”, a qual diminuiu a quantidade de novas ações, apresentando um horizonte positivo de controle e diminuição do passivo judicial contingente.

O outro fator “alteração da forma de atualização dos débitos trabalhistas”, teve sua incerteza diminuída em 2019, porém a tabela única de correção monetária

trabalhista, continua sendo elaborada com a TR, novos critérios de atualização monetária foram revelados com a publicação da Medida Provisória - MP 905/2019, que depois foi revogada com expectativa de publicação de texto semelhante no futuro imediato, o STF está julgando o direito e sobrestou todas as ações que tenham como objeto o assunto, mas sem impacto na tabela única, pela cautela continuaremos acompanhando a evolução do entendimento dos novos critérios de correção monetária, até que convirjam para uma nova tabela única ou critérios únicos da Justiça Trabalhista.

Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis, reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor, e o Serpro continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a Empresa.

28.2.1 Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R2)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

28.3. Provisões administrativas

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Provisões administrativas	17.296	10.355

Em consequência do reconhecimento definitivo da imunidade tributária, pelo DF, sobre os serviços prestados para entes públicos, a Empresa realizou provisão administrativa de R\$ 17,2 milhões referentes ao ISS para ressarcimento aos clientes.

Nota 29. Benefícios pós-emprego

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Plano de previdência complementar - PSI	607.189	1.048.500
Programa de assistência à saúde - PAS/Serpro	-	1 64.045
Total	607.189	1.212.545

Grupo composto pelas provisões efetuadas com base em relatório emitido pela consultoria atuarial Mercer Human Resource Consulting Brasília Ltda, em atendimento à NBC TG 33 (R2).

No que tange ao Plano de previdência complementar - PSI, pode-se observar a reversão de parte da obrigação reconhecida no exercício de 2019, justificada pelo

aumento da taxa de juros e do ganho com a mensuração dos ativos a valor de mercado observado no período (NE 33.2).

Quanto ao Programa de assistência à saúde – PAS/Serpro destaca-se que no encerramento do exercício foi realizada reversão de todo o passivo atuarial, reconhecido até o exercício de 2019, em decorrência da atualização da base cadastral, redução de custos médicos e adoção de novas premissas (NE 33.4).

Nota 30. Patrimônio líquido

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Patrimônio Líquido	1.739.371	987.333
Capital	1.061.005	1.061.005
Reservas	861.599	618.995
Reservas de Reavaliação	78.009	79.096
Reservas de Lucros	783.590	539.899
Reserva Legal	58.399	35.294
Reserva de Retenção do Lucro	725.191	504.605
Outras Reservas – Dividendos Propostos	109.749	-
Outros Resultados Abrangentes	(292.983)	(692.666)
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-

O aumento do patrimônio líquido em R\$ 752,0 milhões, que representa uma evolução de R\$987,3 milhões para R\$1.739,4 milhões, está associado aos R\$ 462,1 milhões decorrentes do resultado do exercício e aos lançamentos de reversão no ORA, decorrentes de revisão do passivo atuarial.

30.1. Capital Social

O capital social do Serpro está dividido em 1.061.004.829 (um bilhão, sessenta e um milhões, quatro mil, oitocentos e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme consta do art 5º do Estatuto Social. As ações ordinárias nominativas foram depositadas no Fundo Nacional de Desestatização - FND, conforme dispõe o art. 10 da Lei nº 9.491, de 09/09/1997.

30.2. Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005. O saldo de R\$ 138,2 milhões desta reserva é mantido até sua total realização de acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

30.3. Reserva de Lucros

30.3.1. Reserva Legal

O valor constituído no exercício foi de R\$ 23,1 milhões, compondo um saldo final da conta de R\$ 58,4 milhões.

30.3.2. Reserva de Retenção de Lucros

O valor destinado a esta reserva no exercício foi de R\$ 220,6 milhões, compondo um saldo final de R\$ 725,2 milhões. A reserva destina-se à aplicação em investimentos pela Empresa, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, com base em justificativa técnica, nos termos do Art. 36, § 4º do Estatuto Social.

Abaixo quadro demonstrativo de expectativa de realização da reserva de lucros:

		Reserva de retenção de lucros			Saldo Reserva
.....Constituída.....	Realizada (Execução orçamentária)				
	2018	2019	2020		
2018	156.056	-	(118.661)	(37.395)	-
2019	348.549	-	-	(132.380)	216.169
2020	220.586	-	-	-	220.586
	725.191	-	(118.661)	(169.775)	436.755

A incorporação da realização da reserva de lucro para investimentos (R\$ 288,2 milhões) ao capital social dependerá de aprovação da AGO.

Nota 31. Resultado do exercício

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Receita Operacional Líquida	2.736.517	2.859.075
Custo dos Serviços Prestados	(1.474.826)	(1.368.007)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(778.693)	(1.030.741)
Tributos sobre o lucro	(20.896)	26.522
Resultado Líquido do Exercício	462.103	486.850

31.1. Receita bruta

No ano de 2020 a receita bruta atingiu o valor de R\$ 3.278,3 milhões, correspondente a um decréscimo de 4,6% em relação ao ano anterior.

No quadro abaixo, demonstra-se a composição da receita bruta por obrigação de desempenho, especificando-se os valores faturados e a faturar.

Descrição	Faturamento 2020	Baixa de valores a faturar	Valores a faturar	Receita Bruta
Hospedagem de aplicações	2.220.016	(95.281)	99.410	2.224.144
Desenvolvimento e manutenção de software	201.435	(17.951)	13.643	197.127
Atendimento a Ambientes de Rede Local	147.986	(10.015)	8.414	146.384
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	94.421	(543)	3.985	97.863
Administração de rede de longa distância	94.230	(16.219)	5.962	83.973
Gestão de margem consignável	93.167	(1.645)	23	91.546
Datavalid	57.453	(22)	2.033	59.465
Atendimento ao Usuário	35.202	(631)	1.104	35.675
Infoconv	34.441	(829)	963	34.574
Emissão de CNH	25.897	(1.031)	972	25.837
Demais obrigações de desempenho	279.957	(8.369)	10.138	281.726
Total	3.284.204	(152.536)	146.646	3.278.314

A retração da receita bruta, deve-se à redução na receita com os clientes do mercado público (OGU e não OGU), que apresentaram queda de R\$ 285,8 milhões. Essa redução foi suavizada pelo crescimento de R\$ 128,4 milhões no mercado privado. A junção dessas variações nas esferas de receita bruta ocasionou mudança na composição da carteira de clientes do Serpro. Ao final de 2020, os clientes privados representam 12,86% (8,53% em 2019) de toda receita da Empresa apurada no período.

No quadro seguinte, são relacionados os dez clientes que mais contribuíram para a formação da receita bruta:

Em milhares de R\$

Cliente (nomenclatura contrato)	Vinculado a	Dez/2020	Dez/2019
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	Min. Economia	1.488.020	1.718.847
Ministério da Economia - Diretoria Adm.Logística	Min. Economia	494.253	6.918
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Min. Economia	224.855	231.452
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	Min. Economia	189.732	191.818
Ministério das Cidades	Min Des. Regional	53.020	81.800
Ministério da Infraestrutura	Min.Infraestrutura	51.634	16.313
Secretaria Nacional de Segurança Pública	Min. Justiça	48.257	58.304
DNIT - Depto.Nacional de Infraestrutura de Transportes	Min.Infraestrutura	37.736	44.374
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Min. Economia	31.417	314.450
Banco Panamericano S.A.	Privado	21.951	11.525
Demais Clientes	Diversos	637.441	759.948
Total		3.278.314	3.435.748

31.2. Receita Líquida

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Receita bruta	3.278.314	3.435.748
(-) ISS (31.2.1)	74.862	118.262
(-) PIS / PASEP	50.659	52.970
(-) COFINS	233.357	244.001
(-) ICMS	95	118
(-) INSS patronal	145.711	154.428
(-) Descontos concedidos (31.2.2)	24.367	3.675
(-) Vendas canceladas (31.2.3)	12.745	3.219
Receita operacional líquida	2.736.517	2.859.075

31.2.1. ISS

Em 2020 ocorreu a conclusão de processos de imunidade tributária em mais 5 municípios, são eles: Belém, Fortaleza, Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro. A suspensão dos recolhimentos no decorrer do ano justifica a variação observada.

31.2.2. Descontos concedidos

O aumento do desconto concedido reflete a estratégia empresarial de redução de preços aplicável a situações em que a empresa obtém ganho de escala na comercialização de serviços sobre sistemas de clientes.

31.3 . Custos e despesas operacionais

Descrição	Em milhares de R\$					
	Dez/2020			Dez/2019		
	CSP	Despesa	Total	CSP	Despesa	Total
Despesas de pessoal	(1.173.788)	(628.595)	(1.802.383)	(1.054.895)	(604.626)	(1.659.520)
Depreciação/ Amortização	(85.160)	(12.218)	(97.377)	(86.923)	(28.275)	(115.198)
Locação	(44.456)	(11.142)	(55.598)	(37.382)	(14.998)	(52.380)
Manutenção	(81.155)	(42.320)	(123.475)	(100.358)	(41.256)	(141.614)
Comunicação	(31.472)	(7.920)	(39.392)	(39.004)	-	(39.004)
Serviços profissionais	(57.680)	(35.304)	(92.983)	(59.281)	(40.262)	(99.543)
Serviços públicos	(14.769)	(9.676)	(24.445)	(17.312)	(14.631)	(31.942)
Resultado com créditos a receber	-	(30.702)	(30.702)	-	(55.121)	(55.121)
Créditos tributários	14.736	-	14.736	31.872	-	31.872
Despesas tributárias	-	(3.163)	(3.163)	(1)	(5.565)	(5.565)
Materiais	(259)	(4.973)	(5.232)	(435)	(4.523)	(4.958)
Outras despesas/ receitas	(824)	(11.368)	(12.192)	(4.290)	(5.757)	(10.047)
Resultado com ações	-	(45.043)		-	(194.058)	

Judiciais				(45.043)		(194.058)
Total	(1.474.826)	(842.422)	(2.317.248)	(1.368.007)	(1.009.071)	(2.377.078)

No tocante ao gasto total (custos e despesas), observa-se uma redução de 2,52% com relação ao mesmo período do exercício anterior influenciado, principalmente, pela redução observada nas contas de: serviços contratados (locação, manutenção, comunicação, serviços profissionais e serviços públicos), Resultados com ações Judiciais e Créditos a Receber, que reunidos apresentaram uma redução de despesas equivalente a R\$ 202 milhões em contrapartida os gastos com pessoal aumentaram em R\$ 142,9 milhões e as receitas com créditos tributários diminuíram em R\$ 17,1 milhões.

31.3.1. Aumentos

31.3.1.1. Despesas de pessoal

Aumento na ordem de 8,6%, devido ao crescimento vegetativo (anuênio e promoção por mérito e tempo de serviço) e, sobretudo, ao impacto das indenizações do Programa de Demissão Voluntária - PDV e demais provisões. Ao desconsiderar o efeito das despesas de natureza não recorrente, o gasto com pessoal apresentaria redução de 0,45%, mesmo ocorrendo os eventos funcionais ao longo 2020. Isto é decorrente do impacto da pandemia que ocasionou redução em gastos com assistência à saúde (R\$ 30,3 milhões) e auxílio transporte (R\$ 2,2 milhões)

31.3.1.2. Créditos tributários

Redução de receita de créditos tributários de Pis-Pasep/Cofins em R\$ 17,1 milhões, reflexo da Imunidade Tributária referente aos serviços prestados aos órgãos públicos, não sendo mais possível constituir crédito tributário sobre os insumos dos serviços prestados aos entes públicos que deixaram de ser tributados pela alíquota não cumulativa e passaram a ser tributados pela cumulativa.

31.3.2. Reduções

A redução no gasto total foi influenciada, principalmente, pelos gastos com custeio, provisões com créditos a receber e resultado com ações judiciais.

31.3.2.1. Serviços contratados (locação, manutenção, comunicação, serviços profissionais e serviços públicos)

Apresentou redução de 7,8%, equivalente a R\$ 28,6 milhões devido à economia por revisão de contratos, ajustes de níveis de serviços e ações adotadas durante pandemia;

31.3.2.2. Resultado com créditos a receber

Redução de 44,30%, aproximadamente R\$ 24,4 milhões, resultado da queda do número de faturas vencidas acima de 365 dias, que são reconhecidas em perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), e a ações de recuperação de crédito adotada pela Empresa (acordos com clientes);

31.3.2.3. Resultado com ações judiciais - redução de 76,8%, equivalentes a R\$149,0 milhões, devido às reversões de registro de perdas de depósitos judiciais, reversão de provisões e redução de provisão para Riscos Trabalhistas.

31.4. Resultado financeiro

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Despesa Financeira	(33.424)	(42.848)
Receita Financeira	97.154	21.177
Resultado financeiro	63.730	(21.670)

O resultado financeiro impactou positivamente o resultado do exercício em R\$ 63,7 milhões. Tal comportamento resulta da execução financeira do período em análise, com fluxo de recebimentos e pagamentos satisfatórios, permitindo aumento de aplicações financeiras e, conseqüentemente, crescimento das receitas financeiras decorrentes dessas aplicações (R\$ 40,5 milhões). Além disso, houve reconhecimento de atualização monetária de títulos vinculados ao Fundo de Pensão (Letras de Santa Catarina e superávit do Serpros), atualização dos depósitos judiciais e processos judiciais com impacto positivo de R\$ 49,9 milhões.

As Despesas Financeiras reduziram R\$ 9,5 milhões, representando queda de 22% quando comparada ao exercício anterior, sendo influenciada, principalmente, em função da redução na conta de Descontos Financeiros Concedidos (35 milhões em 2019 contra 28 milhões em 2020).

31.5. Tributos sobre o lucro

O Serpro apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real na modalidade anual, e no exercício de 2019, amparado em decisão própria na Ação Cível Originária - 2.658/DF transitada em julgado, e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real, a parcela do resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e as entidades públicas, mantendo a tributação sobre o lucro decorrente do resultado da parcela não imune.

Por inexistir regra específica para as empresas públicas como o SERPRO quanto à escrituração nas obrigações acessórias de método para apuração dos resultados auferidos da prestação de serviços imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada, conforme demonstrado na Nota 31.5.4.

A Administração do Serpro entende que o fato das obrigações acessórias não contemplarem a forma específica para a apuração do tributo não pode ser obstáculo à fruição de um status jurídico decorrente de decisão judicial transitada em julgada proferida pelo Supremo Tribunal Federal, e que a fórmula de cálculo adotada segue a legislação tributária atualmente em vigor.

Isso posto, considerando que há precedentes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais versando sobre casos de imunidade recíproca e que a decisão do Supremo Tribunal Federal foi direta na segregação das receitas imunes e não imunes, entende que o risco de contingência pela fruição de imunidade recíproca é remota.

Quanto ao ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro em como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impactos quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

31.5.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Despesas de IRPJ e CSLL correntes	(76.585)	(68.445)
Despesas de IRPJ e CSLL diferidas	55.689	94.968
Total	(20.896)	26.522

31.5.2. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Descrição	Em milhares de R\$					
	IRPJ	CSLL	Dez/2020	IRPJ	CSLL	Dez/2019
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	482.998	482.998	482.998	460.327	460.327	460.327
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(120.750)	(43.470)	(164.219)	(115.082)	(41.429)	(156.511)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	82.659	4.975	87.634	84.811	3.255	88.066
Incentivos fiscais	2.355	192	2.547	1.323	-	1.323
Juros sobre capital próprio	19.503	7.021	26.524	19.042	6.855	25.897
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(53.103)	(19.117)	(72.220)	(54.534)	(19.632)	(74.167)
Compensação de Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	17.115	16.498	33.613	13.550	16.361	29.911
Exclusão de lucro atribuído ao setor público (NE 31.5.4)	95.844	-	95.844	106.503	-	106.503
Outras adições e exclusões	945	382	1.327	(1.073)	(329)	(1.402)
(c) Total dos tributos correntes (a) + (b)	(38.090)	(38.495)	(76.585)	(30.271)	(38.175)	(68.445)
Constituição/Reversão Tributos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	(16.498)	(16.498)	-	20.801	20.801
Constituição/Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	53.079	19.108	72.187	54.534	19.632	74.167
(d) Total dos tributos diferidos (NE 31.5.4)	53.079	2.611	55.689	54.534	40.433	94.968
(e) Total dos tributos correntes e diferidos (c) + (d)	14.988	(35.884)	(20.896)	24.264	2.259	26.522
<i>Alíquota efetiva (Total / Lucro)</i>	<i>-3,1%</i>	<i>7,4%</i>	<i>4,3%</i>	<i>-5,3%</i>	<i>-0,5%</i>	<i>-5,8%</i>

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontados com o lucro contábil (R\$ 483 milhões), resultaram numa

alíquota efetiva de 4,3%, equivalente a despesa de R\$ 20,9 milhões. Esse resultado foi influenciado principalmente pela exclusão de lucro atribuído ao setor público (NE 31.5.4), dedução de juros sobre capital próprio (NE 32) e pela compensação de prejuízo fiscal (NE 31.5.3).

31.5.3. Movimentação do prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL

Descrição	Em milhares de R\$			
	Dez/2020		Dez/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo Inicial do Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	357.046	231.122	411.248	412.906
Compensação no período limitado a 30% do lucro tributável	(68.461)	(183.308)	(54.202)	(181.784)
Saldo Final do Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	288.586	47.814	357.046	231.122
Crédito Tributário constituído sobre o saldo final em AFD	-	4.303	-	20.801
Crédito Tributário não constituído	72.146	-	89.262	-
Tributo compensado no período	(17.115)	(16.498)	(13.550)	(16.361)

Em 2020, o saldo do Ativo Fiscal Diferido sobre a Base Negativa - CSLL é de R\$ 4,3 milhões. Foi constituído em virtude da projeção de lucros tributáveis futuros, e não foi constituído o AFD sobre o saldo do Prejuízo Fiscal - IRPJ, devido à aplicação da imunidade tributária.

31.5.4. Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ

31.5.4.1 Distribuição da Receita Líquida

Descrição	Em milhares de R\$			
	Dez/2020	%	Dez/2019	%
Receita Operacional Líquida	2.739.373		2.859.075	
(-) Receita operacional líquida a faturar	(2.856)		(16.987)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	2.736.517		2.842.089	
Receita líquida atribuída ao setor público	2.347.179	85,8	2.546.040	89,6
Receita líquida atribuída ao setor privado	389.338	14,2	296.049	10,4

31.5.4.2 Apuração do lucro atribuído ao setor público a excluir do IRPJ

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	%	Dez/2019	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	482.998		460.327	
Adições	59.682		28.876	
Outras Despesas e Outras Receitas (Lei nº 6.404/1976, art. 187, IV)	3		39	
Tributos com exigibilidade suspensa	57.715		26.971	
Realização de Reservas de Reavaliação	1.648		1.669	
Ajuste positivo de diferenças (art. 58 da Lei nº 12.973/2014)	317		198	
Exclusões	(95.711)		(13.655)	
Outras Receita (Lei nº 6.404/1976, art. 187, IV)	(3.351)		(22)	
Receitas Financeiras Excedentes das Despesas Financeiras	(92.361)		(13.633)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	446.969		475.548	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	383.377	85,8	426.012	89,6
Lucro atribuído ao Setor Privado	63.593	14,2	49.536	10,4
IR s/ o Lucro atribuído ao Setor Público Imune a excluir	95.844		106.503	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação serviços atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 383,4 milhões), que corresponde a exclusão de R\$ 95,8 milhões do IRPJ corrente em 2020 (R\$ 106,5 milhões em 2019). As receitas financeiras excedentes das despesas financeiras divergem do Resultado Financeiro, da demonstração de resultado, devido a exclusão de descontos concedidos deste cálculo.

31.5.5. Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em milhares de R\$

Descrição*	Dez/2019	DRE	PL	Dez/2020
(a) Passivo fiscal diferido – Circulante	(50.098)	431	-	(49.667)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(43.104)	971	-	(42.133)
Distribuição de Superávit SERPROS – CP	(6.995)	(540)	-	(7.534)
(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	763.257	62.806	(205.821)	620.242
Provisões trabalhistas e cíveis	128.455	16.796	-	145.251
Passivo atuarial	412.265	-	(205.821)	206.444
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	119.305	9.855	-	129.160
Provisões Trabalhistas	41.828	6.004	-	47.832
Provisões Tributárias	9.170	54.951	-	64.121
Saldo da Base Negativa – CSLL	20.801	(16.498)	-	4.303
Outras provisões	31.433	(8.302)	-	23.131
(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(108.024)	(7.548)	-	(115.572)

Processos trabalhistas – PSE	(32.806)	(5.768)	-	(38.574)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(34.472)	(2.340)	-	(36.812)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(40.747)	560	-	(40.186)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	655.233	55.258	(205.821)	504.670
Total Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)	605.135	55.689	(205.821)	455.003

*A descrição refere-se ao fato gerador dos tributos

O saldo de R\$ 455 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 620,2 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R\$ 49,7 milhões) e não circulante (R\$ 115,6 milhões).

Os tributos diferidos foram reconhecidos às alíquotas nominais do imposto de renda e da contribuição social.

O crédito relativo às provisões tributárias foi constituído sobre o ISS e o PIS-PASEP/COFINS a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão se dará na liquidação dessas provisões.

O crédito tributário sobre a Base Negativa da CSLL de R\$ 16,5 milhões foi utilizado na compensação do tributo corrente.

O saldo remanescente (R\$ 4,3 milhões) do total constituído em 2019 (R\$ 20,8 milhões) será realizado integralmente em 2021, de acordo com o lucro projetado.

31.5.6. Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ

31.5.6.1. Reflexo na apuração dos tributos correntes

Descrição	Em milhares de R\$		
	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro antes dos Tributos	482.998	482.998	-
(a) Tributos sobre o lucro a 34%	(164.219)	(164.219)	-
(b) Ajustes que afetaram os tributos:	87.634	20.238	67.396
Incentivos fiscais	2.547	2.241	305
Demais adições, exclusões que afetaram o cálculo dos tributos	(44.370)	(44.370)	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público (NE 31.5.4.2)	95.844	-	95.844
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base negativa não constituído em AFD	33.613	62.366	(28.753)
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (NE 31.5.1) (a) + (b)	(76.585)	(143.981)	67.396

A exclusão do lucro atribuído ao setor público para o IRPJ gerou uma economia de R\$ 67,4 milhões nos tributos correntes, com reflexo no incentivo fiscal e na compensação do prejuízo fiscal.

31.5.6.2. Reflexo na apuração dos tributos diferidos

Em milhares de R\$

Descrição	Com imunidade		Sem imunidade	
	Prejuízo fiscal	Não constituído	Prejuízo fiscal	Não constituído
AFD de IRPJ não constituído sobre saldo de prejuízo fiscal				
Saldo em Dez/2019	357.046	89.262	229.243	57.311
Compensação de 30% em 2020	(68.461)	(17.115)	(183.474)	(45.868)
Saldo em Dez/2020	288.586	72.146	45.769	11.442

Na aplicação da imunidade tributária não foi constituído Ativo Fiscal Diferido (R\$ 72,1 milhões) sobre o saldo de prejuízo fiscal de IRPJ. Sem a imunidade tributária a Empresa constituiria R\$ 11,4 milhões de crédito tributário.

31.5.6.3. Reflexo no Balanço Patrimonial

Em milhares de R\$

Balanço Patrimonial - Dez/2020	Com Imunidade	Sem imunidade	Efeito acumulado
Ativo	614.020	484.138	129.881
Crédito Tributários - AC (NE 08)	109.349	(31.974)	141.323
IRPJ/CSLL a Compensar	185.934	112.007	73.927
IRPJ/CSLL a Recolher	(76.585)	(143.981)	67.396
Crédito Tributários - ANC (NE 12)	504.670	516.113	(11.442)
Patrimônio Líquido			129.881
Resultado do Exercício Anterior	486.850	470.233	16.616
Resultado do Exercício	462.103	348.838	113.265

No balanço patrimonial, a aplicação da imunidade tributária para o IRPJ gerou um acréscimo acumulado no Patrimônio Líquido de R\$ 129,9 milhões. Em 2020, o efeito foi de redução dos tributos correntes em R\$ 67,4 milhões e acréscimo do crédito do ativo circulante de R\$ 74 milhões e redução dos créditos tributários do ativo não circulante de R\$11,4 milhões na constituição de Ativo Fiscal Diferido.

Sem a imunidade tributária o patrimônio líquido sofreria uma redução de R\$ 129,9 milhões como contrapartida das movimentações dos créditos tributários, conforme demonstrado abaixo:

Em milhares de R\$

	Anterior	Atual	Acumulado
Resultado do Exercício	16.616	113.265	129.881
Tributos correntes	73.927	67.396	141.323
Tributos diferidos	(57.311)	45.868	(11.442)

31.6. Resultado do Setor Público

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2020	Dez/2019
Receita Operacional Líquida	2.382.081	2.621.048
Custo dos Serviços Prestados	(1.381.265)	(1.286.422)
Lucro Bruto	1.000.817	1.334.626
Demais Despesas*	(696.025)	(920.614)
Resultado Líquido do Exercício	304.792	414.012

* As Demais Despesas englobam as despesas operacionais, o resultado financeiro e os tributos sobre o lucro distribuídos de acordo com a participação na receita líquida.

Em cumprimento à Lei 13.303/2016, art. 8º, §2º, caput e inciso II e Decreto 8.945/2016, art. 13, §3º, caput e inciso II, o Serpro divulga, de forma consolidada, os resultados das operações efetuadas junto ao Poder Público, ou seja, gerados a partir de contratos objeto de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, que representam aqueles que a Empresa exerce em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado.

Em 2020, a margem líquida do setor público foi de 12,79% e sofreu redução de 3,0 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, considerando a redução de 9,12% na receita operacional líquida e o aumento de 7,37% no custo do serviço prestado. A queda na margem líquida, resultante do efeito dessas duas variáveis, foi atenuada pela redução de 5,9 pontos percentuais nas demais despesas, que englobam as despesas operacionais, o resultado financeiro e os tributos sobre o lucro.

Nota 32. Destinação do Lucro do Exercício

Descrição	Em milhares de R\$
	Dez/2020
(a) Lucros Líquido do Exercício	462.103
(b) Absorção dos prejuízos (art.189)	
(c) Participação estatutária (art.190)	
(d) Base de cálculo da reserva legal (a)+(b)+(c) (art.191 e 193)	462.103
(e) Reserva Legal = (d) x 5%	23.105
(f) Base de cálculo para dividendos = (d) - (e)	438.998
(g) JCP/ Dividendos	109.749
JCP (Base de Cálculo JCP x TJLP de 6,2025%)	78.010
Complementação de Dividendos (g) - JCP	31.739
(h) Realização da Reserva de Reavaliação	1.087
(i) Saldo Remanescente	330.336
Dividendos Adicionais Propostos	109.749
Reserva de Retenção de Lucros para Investimento	220.587

32.1 Demonstração do cálculo de JCP/Dividendos

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Dez/2019
(a) Capital social	1.061.005	1.061.005
(b) Reserva de lucros	539.899	167.007
(c) Base de Cálculo do JCP (a) + (b)	1.600.904	1.228.012
(d) TJLP *	4,8729%	6,2025%
(e) Juros sobre capital próprio (JSCP) = (c) x (d)	78.010	76.168
Limites (maior entre i e ii)		
i) 50% Lucro líquido antes do JSCP (após CSLL)	231.051	256.161
ii) 50% Lucros acumulados e reservas de lucros (inicial) = (c) x 0,5	269.949	83.504
(f) Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro líquido)	109.749	115.627
(g) Dividendos complementar (f) - (e)	31.739	39.459
(h) Dividendos adicionais propostos	109.749	

* <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-de-longo-prazo-tjlp>

Nos termos da Lei 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social, o valor dos juros pagos ou creditados pelo Serpro, a título de remuneração do capital próprio (JSCP), foi imputado o valor de dividendos, até o limite da TJLP, neste caso R\$ 78 milhões.

Para a apuração do JSCP foi aplicado o percentual limite da TJLP (4,87%) no ano de 2020, sobre patrimônio líquido ajustado pelas reservas de lucros e de reavaliação. No que se refere à complementação de dividendos, foi apurada a diferença entre os 25% do Lucro Líquido ajustado e o Juros sobre Capital Próprio, conforme indicado acima. Foram ainda propostos, dividendos num percentual adicional de 25%.

Nota 33. Benefícios a empregados

33.1. Plano de previdência complementar

O Serpro oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são administrados pelo Serpros Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

33.1.1. Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 01.04.2013. Em novembro de 2020, contava com um patrimônio de R\$ 2,6 bilhões, 1.974 participantes ativos e 3.916 assistidos e pensionistas. O Plano disponibiliza os seguintes benefícios:

33.1.1.1. Participantes

Suplementação de aposentadorias por idade; por tempo de contribuição; especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação de aposentadoria por invalidez; de auxílio-doença e abono anual;

33.1.1.2. Beneficiários

Suplementação de pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

33.1.2. Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

O Plano PS-II, estruturado na modalidade de Plano de Contribuição Variável (CV), encontra-se aberto para novas adesões. É um plano que possui características de Contribuição Definida (CD), na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de concessão. Em novembro de 2020, o PS-II contava com um patrimônio de R\$ 4,3 bilhões, 7.008 participantes ativos, incluídos os migrados, e 735 assistidos e pensionistas.

33.2. Avaliação Atuarial do Plano de previdência complementar

33.2.1. Relatório de Avaliação Atuarial (PS-I e PS-II)

O Serpro contratou a empresa de consultoria atuarial especializada Mercer Human Resource Consulting Brasília Ltda para emissão do Relatório de Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2020.

O passivo atuarial líquido do plano foi mensurado em R\$ 607,2 milhões, ocasionando a reversão de parte da obrigação, que estava reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (ORA) (2019: R\$ 1,048 bilhões), assim como de parte do custo da obrigação (R\$ 24,4 milhões) reconhecido no resultado. Esta reversão se justifica, principalmente, pelo aumento da taxa de juros e do ganho na mensuração dos ativos a valor de mercado observado no período.

33.2.1.1 Mensuração do Passivo Atuarial Líquido do PS-I

Em milhares de R\$		
Movimentação do Passivo - Plano PS-I		
Descrição	Dez/2020	Dez/2019
Valor líquido do Passivo no início do exercício	(1.048.500)	(539.369)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado	(45.714)	(49.552)
Redimensionamento da obrigação incluído em ORA	467.001	(480.085)
(-) Contribuições do patrocinador	20.024	20.505
Valor líquido do passivo no final do exercício	(607.189)	(1.048.500)

O resultado do Plano PS-II foi superavitário em R\$ 589,1 milhões. Este superávit não deve ser reconhecido, visto que, por ora, os benefícios econômicos futuros não estão

disponíveis para o patrocinador, na forma de redução das contribuições futuras ou de restituição em dinheiro, diretamente ou indiretamente.

Estas informações referem-se, exclusivamente, ao estudo atuarial realizado pelo patrocinador em cumprimento ao Pronunciamento Contábil CPC 33, que estabelece os critérios técnicos a serem utilizados na avaliação. Assim, estes resultados não se confundem com os resultados divulgados pela EFPC sobre os Planos PS-I e PS-II.

33.2.2. Premissas técnicas

As hipóteses biométricas e financeiras, exceto taxa de juros e inflação de longo prazo, aplicadas na avaliação atuarial foram as mesmas utilizadas pelo SERPROS em seus estudos preliminares e de verificação de consistência.

Os cálculos atuariais tiveram por base: o cadastro dos participantes (ativos e assistidos), posicionado em julho/2020, e os demonstrativos (financeiros, contábeis e atuariais), posicionados em outubro/2020, projetados até dezembro/2020.

Premissas biométricas e financeiras	Plano PS - I	Plano PS - II
<i>Duration calculada</i>	11,02 anos	11,50 anos
Taxa de desconto	4,05% ao ano	4,06% ao ano
Rotatividade	0%	1,0% para todas as idades até 65 anos
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A	2,52% ao ano
Tábua de mortalidade	AT-2012 IAM Basic A10%, segregada por sexo	AT-2012 IAM Basic D10%, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Grupal americana, desagravada em 50%	Grupal americana, desagravada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Fator de capacidade para benefícios e salários	98,20%	98,20%
Composição familiar	Participantes ativos 90% casados; Cônjuge Feminino - 3 anos mais jovem com 1,5 filhos.	Participantes ativos 90% casados; Cônjuge Feminino - 3 anos mais jovem com 1,5 filhos.
Idade mínima para aposentadoria	55 anos	55 anos
Inflação de longo prazo	3,18% ao ano	3,18% ao ano

Cabe ressaltar que a taxa de desconto foi determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B), na data a que se referem as demonstrações financeiras, dado o prazo médio (duration) estimado dos compromissos dos planos (vide item 83 - CPC 33).

33.2.2.1 Mudança da taxa de desconto nominal

A mudança da taxa de desconto nominal pode ser explicada pela oscilação de duas variáveis:

33.2.2.1.1 Pela variação da taxa de desconto real

Obtida pelo método estatístico de regressão para se estimar o valor esperado da taxa de desconto (variável y), dado o valor da "duration" dos compromissos do Plano (variável x); e

33.2.2.12. Pela variação da taxa de inflação de longo prazo

Obtida pela média geométrica da projeção do IPCA para os próximos 10 exercícios, fornecida pela consultoria econômica Tendências Consultoria no mês de setembro de 2020. Observa-se no quadro abaixo as oscilações dessas variáveis segregadas pelos planos PS- I e PS- II

Tipo	Relatório - Ano	Taxa desconto nominal	Diferença (pontos percentuais)	Taxa de inflação de longo prazo (%)	Diferença (pontos percentuais)	Taxa desconto (%)	Diferença (pontos percentuais)
PS - I	2020	7,36	0,24	3,18	-0,50	4,05	0,73
	2019	7,12		3,68		3,32	
PS- II	2020	7,37	0,14	3,18	-0,50	4,06	0,64
	2019	7,23		3,68		3,42	

A análise de sensibilidade da taxa de desconto permite avaliar a dimensão do possível impacto no valor da obrigação, no caso de alteração da expectativa do mercado

Análise de Sensibilidade da Taxa de Desconto			
Taxa de desconto	4,05%	3,05%	5,05%
Valor da obrigação BD - PS-I (R\$ mil)	3.302.168	3.674.319	2.989.055
Impacto na obrigação (em R\$ mil)	372.151		(313.113)
Taxa de desconto	4,06%	3,06%	5,06%
Valor da obrigação BD - PS-II (R\$ mil)	1.010.390	1.122.580	916.392
Impacto na obrigação (em R\$ mil)	112.190		(93.998)

33.3. Distribuição de Superávit do PS-II apurado nos exercícios 2015-2017

Em milhares de R\$

Fundo Especial para Reserva do Plano				
Ano	Saldo Inicial	Rentabilidade	*CET Patroc	Saldo Final
2019	61.708	7.087	1.928	66.867
2020	66.867	2.731	23.264	46.334
Total		9.818	25.192	

*Contribuição Especial Temporária – CET

Trata-se de créditos do Serpro junto ao Serpros decorrentes dos superávits apurados pela EFPC no PS-II (2015 a 2017), distribuídos tanto a empregados quanto ao Patrocinador, em cumprimento à Resolução CNPC 30/2018.

A destinação do superávit do PS-II foi dividida em 36 meses (contados a partir de dezembro/2019), restando 23 parcelas no encerramento do exercício 2020. Os valores são, mensalmente, deduzidos das obrigações do Serpro junto à EFPC.

33.4. Programa de Assistência à Saúde: PAS/Serpro -NBC TG 33 (R2)

O Programa de Assistência à Saúde do Serpro – PAS/Serpro é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão em recursos humanos, oferecido aos empregados e seus dependentes, classificados nos seguintes grupos:

Grupo I	Empregados e seus dependentes conforme previsto em Regulamento. O custeio é realizado pelo SERPRO, conforme faixa salarial, e pelo empregado com valor fixo mensal de acordo com a tabela por faixa etária, além da coparticipação de 20% em consultas médicas utilizadas.
Grupo II	Ex-empregados e agregados. Empregados desligados sem justa causa, suspensão do contrato de trabalho ou por aposentadoria, e agregados vinculados aos empregados e ex-empregados. O custeio é de responsabilidade dos beneficiários e dos funcionários vinculados aos agregados. Os valores correspondem à mesma tabela por faixa etária aplicada ao grupo anterior mais coparticipação de 20% por utilização em consultas médicas. APA: Compõe também esse grupo os ex-empregados que aderiram às Ações de Preparação de Aposentadoria - APA ou ao programa de demissão voluntária - PDV que na adesão optaram por receber o incentivo e permanecerem no plano. A mensalidade tem participação do SERPRO até uma data previamente determinada e após esse período o custeio é de responsabilidade integral do beneficiário.
Grupo Liminar	Empregados e seus dependentes que por determinação judicial têm custeio diferenciado.

33.4.1. O SERPRO no contexto da CGPAR

A CGPAR nº 23 de janeiro de 2018, definiu diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados, estabelecendo o prazo para aderência à Resolução de 48 meses após sua publicação.

O artigo 3º da referida Resolução limita a participação da Empresa no custeio de assistência à saúde a um percentual da folha de pagamento, respeitando a paridade, ou seja, a participação da Empresa Estatal não poderá ser maior que a participação dos empregados no custeio de assistência à saúde.

33.4.1.1 Gasto total em Saúde - 2020

Descrição	Em milhares de R\$	
	2020	
Utilização Plano de Saúde + Odontológico	190.857	
Despesas Administrativas	20.192	
Total Gastos com Saúde	211.049	

A Empresa está implantando procedimentos para melhorar a gestão, evidenciação e acompanhamento dos gastos com o benefício de assistência à saúde, contudo, com os dados atuais é possível apurar que o gasto total em 2020 com benefício foi de R\$ 211 milhões, englobando a utilização do plano de saúde e odontológico e as despesas administrativas.

33.4.1.2 Participação custeio Assistência à Saúde - 2020

Descrição	Em milhares de R\$\$	
	Participação	% Participação
Participação Empregados + PSE	145.452	68,92%
Participação Empresa	65.597	31,08%
Total Gastos com Saúde	211.049	100,00%

Conforme demonstrado acima, a participação da Empresa no custeio do benefício de assistência à saúde aos empregados no exercício de 2020 foi de R\$ 65,59 milhões, correspondendo a 4,28% da folha de pagamento e a 31,08% do total gasto com o benefício. A Empresa está aderente aos limites definidos pela Resolução CGPAR número 23 no que tange ao custeio do benefício de assistência à saúde.

33.5. Atualização Atuarial do Programa de Assistência à Saúde: PAS/Serpro -NBC TG 33 (R2)

As despesas relacionadas aos benefícios de curto prazo são reconhecidas, à medida de sua ocorrência, no exercício a que se relacionam.

As premissas atuariais e financeiras para a determinação do valor presente das obrigações atuariais e cálculo da despesa/receita para o exercício subsequente são:

Programa de assistência à saúde: PAS/Serpro	
Premissas	Dez/2020
Taxa de Desconto	4,10% a.a
Duration do Plano	11,80 anos
Taxa de Inflação de Longo Prazo	3,18% a.a.
Inflação Médica - Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	3,75% a.a.
Fator de Idade - Aging factor (para evolução do Custo)	de 0 a 24 anos = 1,25% a.a.
	de 25 a 54 anos = 2,75% a.a.
	de 55 a 79 anos = 4,75% a.a.
	a partir de 80 anos = 2,25% a.a.
Fator de Idade - Aging factor (Médio ponderado para evolução da Contribuição)	3,90% a.a.

Custos Médicos (Claim Cost - 35 anos)	Grupo I = R\$ 423,52
	Grupo II = R\$ 470,28
	Liminar = R\$ 346,62
Tábua de mortalidade	AT-2012 IAM Basic M&F, desagravada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana, desagravada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo
Rotatividade	1% até 47 anos e 0% após
Entrada em aposentadoria	61 anos
	Ativos: 90% casados;
Composição familiar	Cônjuge do sexo feminino: 3 anos mais jovem;
	1,5 filhos
Permanência no plano médico	73,12%
Evolução do custo	Inflação + HCCTR + Aging Factor

O relatório de avaliação atuarial, referente ao exercício de 2020, considerou que as contribuições ao plano, realizadas por beneficiários e patrocinador, são suficientes para a cobertura da obrigação projetada, implicando na reversão de todo o passivo atuarial líquido do PAS/SERPRO, reconhecido anteriormente (2019: R\$ 164,0 milhões), assim como na reversão do custo da obrigação (de R\$ 8,8 milhões) reconhecido no resultado.

Esta reversão se justifica, principalmente, pela redução dos custos médicos observada no período. Adiciona-se a este fato, a adoção de novas premissas, que se mostraram mais aderentes à população, e a atualização da base cadastral utilizada na avaliação.

Merece destaque, a exemplo do observado no plano de previdência (Nota 33.2.2.1), a variação da taxa de desconto nominal, conforme quadro que se segue:

Tipo	Relatório - Ano	Taxa desconto nominal	Diferença (pontos percentuais)	Taxa de inflação de longo prazo (%)	Diferença (pontos percentuais)	Taxa desconto (%)	Diferença (pontos percentuais)
Plano Médico	2020	7,41	0,30	3,18	-0,50	4,1	0,79
	2019	7,11		3,68		3,32	

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao relatório de avaliação atuarial realizado nos moldes determinados pelo Pronunciamento Contábil CPC 33, aplicável ao empregador. Assim, tal resultado não se confunde com outros estudos atuariais realizados com o objetivo de verificar a sustentabilidade e os índices de reajuste das mensalidades dos beneficiários do PAS/Serpro.

Em milhares de R\$

Quadro de Movimentação do Passivo - Plano PAS/SERPRO		
Descrição	a - Dez/2020	b - Dez/2019
a) Valor líquido do passivo no início do exercício	(164.045)	(168.901)
b) Custo da obrigação incluído no resultado	(8.789)	(13.714)
c) Redimensionamento da obrigação incluído em ORA	132.405	(8.366)
d) (-) Contribuições do patrocinador	40.429	26.936
e) Valor líquido do passivo no final do exercício	-	(164.045)

33.6. Programa de auxílio- alimentação

O benefício auxílio-alimentação é regido pelo Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, Lei nº 6.321/1976 e cláusula 64ª do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT vigente. É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes, na modalidade cartão eletrônico. Para os empregados, no ACT 2019/2020, foi fixado o valor mensal de R\$ 950,64 a partir de maio de 2019. Para os dirigentes, o valor mensal pago é de R\$ 778,03 desde abril/2019, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

33.7. Plano odontológico

O PAS-ODONTO/ Serpro é um benefício oferecido aos empregados e familiares. O programa é custeado na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade pelo SERPRO e pelos empregados.

Nota 34. Seguros

A Empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil e vida em grupo, conforme a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Seguradora Contratada	GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.	GENTE SEGURADORA S.A.	AIG SEGUROS BRASIL S.A.
Ativo	Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e Bens do segurado em locais de terceiros	Vida em grupo	Cobertura de seguro de responsabilidade civil dos Membros do Conselho de Administração, os Membros do Conselho Fiscal, os Membros da Diretoria e os Superintendentes responsáveis pelas atividades do SERPRO
Tipo de Cobertura	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoroamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas	Morte qualquer causa, Indenização especial de morte por acidente, Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	Responsabilidade civil dos Membros do Conselho de Administração, os Membros do Conselho Fiscal, os Membros da Diretoria e os Superintendentes responsáveis pelas atividades do SERPRO , obrigando-se a CONTRATADA a prestá-los nas condições estabelecidas, consoante Edital nº1704-2017
Valor Atual do Contrato - Anual	179	33	378
Valor Total Segurado	1.155.522 Edificações e Conteúdo	Caso de morte, acidente, invalidez funcional por doença ou invalidez permanente por acidente. Despesas Médicas Hospitalares	Não se Aplica
Cobertura dos riscos	509.300	Não se Aplica	30.000

Nota 35. Partes Relacionadas

Nota 35.1. Remuneração de empregados

A política salarial do Serpro contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$1.715,61 e R\$ 42.635,42. A média salarial para esses cargos é de R\$ 9.918,98. Esta amplitude na maior remuneração refere-se a incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 5.807,87 e R\$ 37.419,47 e média de R\$ 17.255,43.

Nota 35.2. Remuneração de dirigentes

Remuneração de dirigentes nos casos de cargos diretivos, a maior remuneração foi de R\$ 39.217,59, sendo a menor de R\$ 34.511,48 e a média de R\$ 35.183,78 (Resolução CGPAR nº3).

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa R\$ 3.811,58, incluindo 13º salário. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representam R\$ 5.203,50 mensais.

Em atendimento ao disposto no §5º do Art. 37 do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, e conforme orientações da SEST encaminhadas no Ofício Circular nº 297/2018-MP, o Serpro elaborou metodologia de remuneração variável anual (RVA) dos diretores e encaminhou proposta de RVA 2019 à SEST, que foi aprovada com efeito financeiro no exercício de 2020 e pagamento da primeira parcela em setembro.

Nota 35.3. Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC

O Serpros Fundo Multipatrocinado é uma entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado, que administra os planos previdenciários dos empregados e ex-empregados do Serpro.

A EFPC é considerada parte relacionada do Serpro, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pelo Patrocinador e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos (empregados ou ex-empregados do Patrocinador). Além disso, o Serpro indica todos os integrantes da Diretoria Executiva da entidade.

As operações com o Serpros Fundo Multipatrocinado e o conseqüente impacto nas demonstrações financeiras estão apontadas nas seguintes notas explicativas:

Em milhares de R\$

Operação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante.	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
Créditos a receber	22.160					
Créditos realizáveis a longo prazo		24.174				
Créditos realizáveis a longo prazo - LFTSC		84.096				
Valores retidos de participantes			7.032			
Encargos sobre contribuições (2013 a 2017)			28.909			
Benefício pós-emprego -				607.189		

Passivo atuarial						
Ajustes de avaliação patrimonial - Perdas/Ganhos atuariais					441.311	
Tributos Ajustes de avaliação patrimonial - Perdas/Ganhos atuariais					(150.046)	
Despesas contribuições, custos e serviços						(101.030)
Total	22.160	108.270	35.941	607.189	291.265	(101.030)

Além do divulgado nas notas explicativas citadas, o Serpro é locatário de imóvel do Serpros, na cidade de Belém-PA. A locação do imóvel se dá em condições normais de mercado e representou, em 2020, despesas na ordem de R\$ 782,3 mil.

Por fim, cita-se a existência de Acordo de Cooperação Técnica entre Serpro e Serpros, que tem como objetivo a consolidação e execução de ações para publicizar os benefícios decorrentes de filiação ao Plano de Benefícios, assim como, a captação de novos participantes, a promoção de desenvolvimento do conhecimento das disciplinas relacionadas à educação financeira e previdenciária e temas afins e apoio à realização de eventos.

Nota 35.4. Transações comerciais

Conforme prevê os artigos 3º e 4º do Estatuto Social, o objeto social do Serpro está relacionado à prestação de serviços de tecnologia da informação ao Governo Federal, e entre suas finalidades consta a de atender prioritariamente aos órgãos do Ministério da Economia.

Em milhares de R\$

Clientes	Receita Bruta (faturado)	Faturas a vencer	Faturas vencidas		
			Até 364 dias	365 dias ou mais (PECLD)	Faturas em Avaliação de Direito
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB*	1.488.020	24.188	5.767	42.401	243.278
Ministério da Economia - Diretoria Adm.Logística*	489.432	66.743	35.860	535	124
Secretaria do Tesouro Nacional – STN*	224.855	-	-	-	-
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN*	189.732	15.899	70	22.084	7.726
Secretaria Nacional de Segurança Pública	58.376	-	9.350	373	-
Ministério das Cidades	53.020	-	-	-	-
Ministério da Infraestrutura	51.634	506	69	60	695
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	38.619	6.546	15.660	26.381	8.699
DNIT - Depto.Nacional de Infraestrutura de Transportes	37.594	3.258	20	2.073	-
Coord. Geral de Planejamento e Integração Consular (MRE)	21.210	29	-	52	-

Demais clientes OGU	127.817	15.719	24.602	2.479	4.112
Total	2.780.309	132.888	91.398	96.438	264.634

* O Ministério da Economia possui 4 representantes titulares no Conselho de Administração e 2 no Conselho Fiscal. A Secretaria do Tesouro Nacional é representada por 1 membro no Conselho Fiscal.

Nota 36. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

O Serpro vem trabalhando e investindo para o aperfeiçoamento e adequação de seus procedimentos internos aos regramentos da Lei 13.709/2018, vigente desde agosto de 2020. Para a adequação ao novo ordenamento jurídico, além das soluções Educacionais e em Tecnologia da Informação, o Serpro vem adotando e aperfeiçoando práticas de Governança Corporativa voltadas para o tema LGPD, tais como a criação do Escritório de Governança de Dados, implementação da Política Serpro de Privacidade e Proteção de Dados - PPPD, instituição do Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do SERPRO, implementação da Política Corporativa de Proteção de Dados, dentre outras iniciativas.

Cumpramos ressaltar, entretanto, que as medidas administrativas implementadas pelo Serpro não têm afetado, até o momento, o reconhecimento, a mensuração ou a evidenciação de ativos, passivos, despesas e receitas.

Gileno Gurjao Barreto
Diretor Presidente

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com Clientes

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Diretor de Administração

Antonino dos Santos Guerra Neto
Diretor de Operações

Ricardo Cezar de Moura Jucá
Diretor de Desenvolvimento

Wilson Biancard Coury
Diretor de Desenvolvimento Humano

Carla Ribeiro Alves Marques
Contadora CRC 015723/O - 9

Anexo I. Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis

Norma	Assunto	CPC	IASB
NBC TG 01 (R4)	Redução ao valor recuperável de ativos	CPC 01 R1	IAS 36
NBC TG 03 (R3)	Demonstração dos fluxos de caixa	CPC 03 R2	IAS 7
NBC TG 05 (R3)	Divulgação sobre partes relacionadas	CPC 05 R1	IAS 24
NBC TG 09	Demonstração do valor adicionado (DVA)	CPC 09	
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da nº 449/08	CPC 13	
NBC TG 23 (R2)	Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação	CPC 23	IAS 8
NBC TG 24 (R2)	Evento subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25 (R2)	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes,	CPC 25	IAS 37
NBC TG 26 (R5)	Apresentação das demonstrações contábeis	CPC 26 R1	IAS 1
NBC TG 27 (R4)	Ativo imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 31 (R4)	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada	CPC 31	IFRS 5
NBC TG 32 (R4)	Tributos sobre o lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 33 (R2)	Benefícios a empregados	CPC 33 R1	IFRS 19
NBC TG 37 (R5)	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	CPC 37 R1	IFRS 1
NBC TG 47	Receita de contrato com cliente	CPC 47	IFRS 15
NBC TG 48	Instrumentos financeiros	CPC 48	IFRS 9
ITG 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos	ICPC 08 R1	
ITG 10	Interpretação sobre a aplicação inicial do ativo	ICPC 10	

Anexo II. Legislação aplicável

Legislação	Data	Assunto
Lei Complementar 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar
Lei Complementar 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, e da Lei 6.385/76 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Lei 13.303/2016	30/06/2016	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da

		âmbito de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Decreto 8.945/2016	27/12/2016	Regulamenta, no âmbito da União, a Lei no 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Instrução Normativa 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Anexo III. Sumário de siglas e abreviaturas

ACO – Ação Cível Originária	CVM – Comissão de Valores Mobiliários
ACT – Acordo Coletivo de Trabalho	DCTF – Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais
AFD – Ativo Fiscal Diferido	DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
AGU – Advocacia-Geral da União	DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria	DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
BACEN – Banco Central do Brasil	DPI – Declaração Padronizada do ISSQN
BD – Benefício Definido	DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
BPA – Benefício Proporcional Acumulado	DVA – Demonstração do Valor Adicionado
BRGAAP – Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	FAE – Fundo de Aplicação Extramercado Comum
CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CD – Contribuição definida	FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia
CDT – Carteira Digital de Trânsito	FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
CFC – Conselho Federal de Contabilidade	FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
CGU – Controladoria Geral da União	IEA – Indenização Especial de morte por Acidente
CNH – Carteira Nacional de Habilitação	INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
CMN – Conselho Monetário Nacional	INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	IPA – Invalidez Permanente total ou parcial por Acidente
COJUR – Consultoria Jurídica	IPC – Índice de Preços ao Consumidor
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis	ISS – Imposto Sobre Serviços
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas	ITG – Interpretação Técnica Geral
CPRB – Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	JSCP – Juros Sobre Capital Próprio
CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo	LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
CSP – Determinação do custo dos serviços prestados	MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais
CUP – Crédito Unitário Projetado	MEI – Microempreendedor Individual
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	MF – Ministério da Fazenda
MPT – Ministério Público do Trabalho	
NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral	

NF-e – Nota Fiscal Eletrônica	das Empresas Estatais
NR – Nota de Ressarcimento	SIAFI– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
ORA – Outros Resultados Abrangentes	SICONV– Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
PAS-ODONTO/Serpro – Plano de Assistência à Saúde Bucal do Serpro	SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
PAS/Serpro – Programa de assistência à saúde dos empregados do Serpro	SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
PAT – Parcelamento administrativo de débitos tributários	SNE – Sistema de Notificação Eletrônica
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação	SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	SUPGL – Superintendência Logística
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária	SUPJU – Superintendência Jurídica
PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação	STF – Supremo Tribunal Federal
PFD – Passivo Fiscal Diferido	STN – Secretaria do Tesouro Nacional
PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	TI – Tecnologia da Informação
PIS – Programa Integração Social	TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
PLR – Participação nos Lucros e Resultados	TR – Taxa Referencial
PND – Programa nacional de desestatização	TST – Tribunal Superior do Trabalho
PS-I – Plano Serpro I	VJORA – Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
PS-II – Plano Serpro II	VJR – Valor Justo em Resultado
PSE – Pessoal Serviço Externo	VT/SP – Vara do Trabalho de São Paulo
Receitanet – Declaração do Imposto de Renda via Internet	
RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil	
RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações	
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados	
SEST – Secretaria de Coordenação e Governança	